



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de Aquisições

Versão v.30.11.2020.

Processo SEI nº 1190.01.0009273/2020-17

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2021
PROCESSO DE COMPRA Nº 1191001 - 10/2021

Critério de Julgamento: menor preço

Modo de disputa: Aberto

Licitação com participação ampla (sem reserva de lotes para ME e EPP)

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços contínuos de vigilância armada, nas dependências e instalações da Secretaria de Estado de Fazenda, compreendendo o fornecimento de mão-de-obra, de uniformes e de equipamentos adequados à execução dos trabalhos, para suprir as necessidades deste órgão, na cidade de Belo Horizonte/MG, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste edital e seus Anexos.

EDITAL

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
5. DO CREDENCIAMENTO
6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
8. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO
9. DA PROVA DE CONCEITO
10. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO
11. DOS RECURSOS
12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
13. DA ADJUDICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
15. DA CONTRATAÇÃO
16. DA SUBCONTRATAÇÃO
17. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO
18. DO PAGAMENTO
19. DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO
20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
21. DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXO DE EDITAL I - TERMO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO

1. PREÂMBULO

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, torna pública a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço, no modo de disputa aberto, em sessão pública, por meio do site www.compras.mg.gov.br, visando a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços contínuos de vigilância armada, nas dependências e instalações da Secretaria de Estado de Fazenda, compreendendo o fornecimento de mão-de-obra, de uniformes e de equipamentos adequados à execução dos trabalhos, para suprir as necessidades deste órgão, na cidade de Belo Horizonte/MG, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e da Lei Estadual nº. 14.167, de 10 de Janeiro de 2002 e do Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de julho de 2020.

Este pregão será amparado pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e pelas Leis Estaduais nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001, nº. 20.826, de 31 de julho de 2013, pelos Decretos Estaduais nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, nº 46.559, de 16 de julho de 2014, nº 47.437, 26 de junho de 2018, nº. 47.524, de 6 de novembro de 2018, nº. 37.924, de 16 de maio de 1996, nº. 47.794, de 19 de dezembro de 2019, pela Resolução SEPLAG nº 93, de 28 novembro de 2018, pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 8.898 de 14 de junho 2013, pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho 2016, aplicando-se subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, e as condições estabelecidas nesse edital e seus anexos, que dele constituem parte integrante e inseparável para todos os efeitos legais.

1.1. O pregão será realizado pela Pregoeira Lúcia Helena Tamie Anraki - MASP: 340.144-5, designada por meio da Portaria SEF/SPGF nº 02, de 10 de julho de 2020, e Equipe de Apoio constituída pelos seguintes servidores: Carlos André Maia Coelho, MASP 295.819-7, Isabela da Cunha Messias dos Santos, MASP 753.175-9, José Eustáquio Hemetrio Menezes, MASP 235.005-6, Luiz Sérgio Custódio - MASP 359.333-2 e Robson Duarte Silva, MASP 350.632-6.

1.1.1. Em caso de impossibilidade de comparecimento da pregoeira indicada no item anterior, atuará como sua substituta a Pregoeira Simone de Sousa Almeida Amaral Faria, MASP 752.514-0, designada por meio da Portaria SEF/SPGF nº 02, de 10/07/2020.

1.2. A sessão de pregão terá início no dia **18 de maio de 2021, às 09:30 horas**. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.3. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras do Governo do Estado de Minas Gerais: www.compras.mg.gov.br.

2. OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços contínuos de vigilância armada, nas dependências e instalações da Secretaria de Estado de Fazenda, compreendendo o fornecimento de mão-de-obra, de uniformes e de equipamentos adequados à execução dos trabalhos, para suprir as necessidades deste órgão, na cidade de Belo Horizonte/MG, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência, e de acordo com as exigências e quantidades estabelecidas neste edital e seus anexos.

2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras e as especificações técnicas constantes no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.

3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Os pedidos de esclarecimentos e os registros de impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no site <http://www.compras.mg.gov.br/>.

3.1.1. Os pedidos de esclarecimento e registros de impugnação serão realizados, em caso de indisponibilidade técnica ou material do sistema oficial do Estado de Minas Gerais, alternativamente, via e-mail: spgfdaclicitacao@fazenda.mg.gov.br, observados o prazo previsto no item 3.1.

3.1.2. É obrigação do autor do pedido de esclarecimento ou do registro de impugnação informar a Secretaria de Estado de Fazenda a indisponibilidade do sistema.

3.2. O pedido de esclarecimentos ou registro de impugnação pode ser feito por qualquer pessoa no Portal de Compras na página do pregão, em campo próprio (acesso via botão “Esclarecimentos/Impugnação”).

3.2.1. Nos pedidos de esclarecimentos ou registros de impugnação os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

3.2.2. Podem ser inseridos arquivos anexos com informações e documentações pertinentes as solicitações.

3.2.3. Após o envio da solicitação, as informações não poderão ser mais alteradas, ficando o pedido registrado com número de entrada, tipo (esclarecimento ou impugnação), data de envio e sua situação.

3.2.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou ao registro de impugnação também será disponibilizada via sistema. O solicitante receberá um e-mail de notificação e a situação da solicitação alterar-se-á para “concluída”.

3.3. O pregoeiro responderá no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

3.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

3.6. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

3.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.8. As denúncias, petições e impugnações anônimas ou não fundamentadas serão arquivadas pela autoridade competente.

3.9. A não impugnação do edital, na forma e tempo definidos, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.

3.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018, no Cadastro Geral de

Fornecedores – CAGEF.

4.2. É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

4.3. Para fins do disposto neste edital, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto nº 47.437, de 26 de junho de 2018 se dará da seguinte forma:

4.3.1. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput e § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;

4.3.2. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

4.3.3. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

4.3.4. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

4.3.5. sociedade cooperativa, conforme definido no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

4.4. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação em consequência do que dispõem o arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

4.4.1. A licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

4.4.2. Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, a própria Secretaria de Estado de Fazenda - SEF/MG, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

4.4.3. A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

4.5. **NÃO PODERÃO PARTICIPAR** as empresas que:

4.5.1. Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

4.5.2. Enquadrarem-se como sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.5.3. Estiverem suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração, sancionadas com fundamento no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

4.5.4. Estiverem impedidas de licitar e contratar com o Estado de Minas Gerais, sancionadas com fundamento no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

4.5.5. Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a

Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, sancionadas com fundamento no art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

4.5.6. Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;

4.5.7. Estiverem incluídas em uma das situações previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

4.5.8. Empresas reunidas em consórcio.

4.5.9. Não será permitida a participação de sociedades cooperativas neste certame, pois a natureza destas não é compatível com o objeto da presente licitação, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 e na súmula 281 do Tribunal de Contas da União: "É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de personalidade e habitualidade."

4.6. A observância das vedações para não participação é de inteira responsabilidade do licitante que se sujeitará às penalidades cabíveis, em caso de descumprimento.

4.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará, no momento de cadastramento de sua proposta, "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.7.1. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.7.1.1. Alternativamente ao campo disposto no item 4.7.1, que, para fins de obtenção do tratamento diferenciado e simplificado de que trata a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e o artigo 15 da Lei Estadual 20.826, de 31 de julho de 2013, registra que possui restrição no (s) documento (s) de regularidade fiscal, com o compromisso de que irá promover a sua regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação, conforme determina o inciso XIII do art. 9º da Lei Estadual nº 14.167/2002.

4.7.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.8. Além das declarações prestadas via sistema, o licitante deverá anexar, juntamente com a documentação de habilitação, as seguintes declarações constantes do Anexo IV do Edital:

4.8.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

4.8.2. que está ciente das condições contidas no Edital e seus anexos;

4.8.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.8.4. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.8.5. Declaração de Vistoria **ou** Declaração de Dispensa de Vistoria.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Para acesso ao sistema eletrônico o fornecedor deverá credenciar-se, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018, por meio do site www.compras.mg.gov.br, na opção **Cadastro de Fornecedores**, no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da sessão do Pregão.

5.1.1. Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo que o representante receberá uma senha eletrônica de acesso.

5.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.4. O fornecimento da senha é de caráter pessoal e intransferível, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor e de cada representante qualquer transação efetuada, não podendo ser atribuídos ao provedor ou ao gestor do sistema eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4.1. O fornecedor se responsabiliza por todas as transações realizadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados por seu representante, sendo que o credenciamento do representante do fornecedor implicará responsabilidade pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações, sob pena da aplicação de penalidades.

5.5. Informações complementares a respeito do cadastramento serão obtidas no site www.compras.mg.gov.br ou pela Central de Atendimento aos Fornecedores, via e-mail: cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br, com horário de atendimento de Segunda-feira a Sexta-feira das 08:00h às 16:00h.

5.6. O fornecedor enquadrado dentre aqueles listados no subitem 4.3 que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados no Decreto Estadual nº.47.437, de 2018 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016 deverá comprovar a condição de beneficiário no momento do seu credenciamento ou quando da atualização de seus dados cadastrais no Cadastro Geral de Fornecedores - CAGEF, desde que ocorram em momento anterior ao cadastramento da proposta comercial.

5.6.1. Não havendo comprovação, no CAGEF, da condição de beneficiário até o momento do registro de proposta, o fornecedor não fará jus aos benefícios listados no Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.1.1. Os arquivos referentes à proposta comercial e à documentação de habilitação deverão ser anexados no sistema, por upload, separadamente em campos próprios.

6.1.1.1. Os arquivos referentes à proposta comercial e os documentos de habilitação deverão ser assinados eletronicamente.

6.1.1.1.1. Para assinatura eletrônica, poderá ser utilizado o Portal de Assinatura Digital disponibilizado pelo Governo de Minas Gerais, de acesso gratuito, disponível em: <http://www.portaldeassinaturas.mg.gov.br>. Dúvidas com relação à utilização do Portal de Assinaturas Digital podem ser encaminhadas para o e-mail comprascentrais@planejamento.mg.gov.br. A realização da assinatura digital importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto

nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica, tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

6.1.2. As orientações para cadastro de proposta e envio dos documentos de habilitação encontram-se detalhadas no Manual Pregão Eletrônico - Decreto nº 48.012/2020 acessível pelo [Portal de Compras](#).

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo CAGEF, cuja consulta é pública. Nesse caso os licitantes assinalarão em campo próprio no sistema a opção por utilizar a documentação registrada no CAGEF, não sendo necessário o envio dos documentos que estiverem vigentes.

6.4. Os documentos que constarem vencidos no CAGEF e os demais documentos exigidos para a habilitação, que não constem do CAGEF, deverão ser anexados em até 5 arquivos de 20 Mb cada.

6.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

6.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.10. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital e seus anexos, podendo substituí-la ou retirá-la até a abertura da sessão.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá encaminhar sua proposta, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos abaixo, bem como, realizar o upload sua proposta comercial, conforme modelo constante no Anexo III - Proposta Comercial.

7.1.1. Valor total do item;

7.1.1.1. O preço global proposto deverá atender à totalidade da quantidade exigida, não sendo aceitas aquelas que contemplem apenas parte do objeto.

7.1.1.1.1. Para a cotação do preço global anual da prestação dos serviços, todos os licitantes deverão observar o Anexo II (Planilha de Custos Global) constante da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital, devendo também ser observada as orientações constantes do Anexo I (Termo de Referência) que integra este edital, especialmente o item 21 (Do Detalhamento para a Formação dos Custos).

7.1.2. Anexar em PDF arquivo referente à Proposta Comercial contendo especificações do objeto, bem como outras informações pertinentes presentes no Anexo I - Termo de Referência.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da CONTRATADA.

7.3.1. Deverá ser apresentada planilha que expresse a composição de todos os custos unitários dos itens envolvidos no lote único do presente certame.

7.3.2. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

8. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, preservado o sigilo do licitante, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. A análise da proposta que trata o item anterior é uma análise prévia, e não poderá implicar quebra de sigilo do fornecedor, bem como não exime a Administração da verificação de sua conformidade com todas as especificações contidas neste Edital e seus anexos, quando da fase de aceitabilidade da proposta do licitante detentor do menor preço para o Lote Único.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.3.1. Durante o transcurso da sessão pública, serão divulgados, em tempo real, o valor e horário do menor lance apresentado pelos licitantes, bem como todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.

8.3.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do Lote Único.

8.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais) para o Lote Único.

8.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da etapa competitiva.

8.10. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive em lances intermediários.

8.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.12. Encerrada a fase competitiva sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do subitem 8.9., o pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.18. **Do empate ficto**

8.18.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação junto ao CAGEF do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.437/2018.

8.18.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.18.2.1. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.18.2.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.18.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.19. **Do empate real**

8.19.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.19.2. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços prestados:

8.19.2.1. no país;

8.19.2.2. por empresas brasileiras;

8.19.2.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.19.2.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.19.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

8.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, via chat, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.20.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.22. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.22.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL OFERTADO PARA O LOTE ÚNICO apurado de acordo com o Anexo III - Modelo de Proposta Comercial Para Prestação de Serviços, concomitantemente com o Anexo II (Planilha Custos Global), constante da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital.

8.22.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 48.012/2020.

8.22.2.1. O licitante melhor classificado deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, na forma do Anexo III (Modelo de Proposta Comercial Para Prestação de Serviços) e a Planilha Excel disponibilizada com o edital, devendo o Anexo II (Planilha de Custos Global) estar devidamente preenchido, no prazo de 02 (duas) horas, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro, por meio da opção "Enviar Anexo" no sistema.

8.22.2.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, para todos os fins aqui dispostos, que não atender às exigências fixadas neste Edital, contenha vícios insanáveis, manifesta ilegalidade ou apresentar preços manifestamente inexequíveis.

8.22.2.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.22.2.3.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.22.2.3.2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.22.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.22.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.22.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade de diligência disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de não aceitação da proposta.

8.22.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.22.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado, bem como as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.22.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.22.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.22.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.22.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.22.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço global nem dos unitários.

9. DA PROVA DE CONCEITO

9.1. Não haverá prova de conceito no presente certame.

10. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site <http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do>;

b) CAGEF/CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos acessível pelo site <https://www.fornecedores2.mg.gov.br/portalconpras/fornecedoresimpedidoscon.do>;

c) Lista de Inidôneos mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU acessível pelo site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

10.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o

Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário acessível pelo site https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

10.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.1.2. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

10.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do CAGEF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto no Decreto nº 47.524/2018.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista nesse edital mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no CAGEF até (2) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento das propostas;

10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do CAGEF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.2.1. Caso as comprovações constantes do CAGEF vençam entre a data de envio da documentação concomitante ao cadastro da proposta e o momento da verificação da habilitação, deverá ser solicitado pelo pregoeiro ao licitante o envio da documentação atualizada, por meio de documentação complementar via sistema.

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 48.012/20.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.4. A apresentação de documentos físicos originais somente será exigida se houver dúvida quanto à integridade do arquivo digitalizado.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Ressalvado o disposto no item 4.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.7. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

10.7.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais constantes no Anexo III - Proposta Comercial e das declarações constantes no Anexo IV - Modelos de Declarações.

10.7.1.1. Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(is) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

10.7.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

10.7.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

10.7.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

10.7.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

10.7.6. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.7.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.8. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;

10.8.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

10.8.3. Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual sede do licitante, Municipal e perante a Fazenda Estadual de MG;

10.8.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

10.8.3.2. Se o fornecedor não estiver inscrito no cadastro de contribuintes do Estado de Minas Gerais deverá comprovar a inexistência de débitos relativos a tributos estaduais em Minas Gerais por meio de Certidão de Débito Tributário - CDT, que poderá ser emitida pelo site: www.fazenda.mg.gov.br.

10.8.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

10.8.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.8.6. A comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

10.8.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.9.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 06 (seis) meses;

10.9.2. Comprovação de possuir, até a data de apresentação da proposta, patrimônio líquido no valor mínimo de R\$ 16.399,00 (dezesseis mil, trezentos e noventa e nove reais) por meio da apresentação, na forma da lei, do balanço patrimonial do último exercício social.

10.9.2.1. Serão aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

10.9.2.1.1. Sociedades regidas pela Lei Federal nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

10.9.2.1.1.1Publicadas em Diário Oficial; ou

10.9.2.1.1.2Publicados em jornal; ou

10.9.2.1.1.3Por cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

10.9.2.1.2. Sociedades Limitadas (LTDA):

10.9.2.1.2.1Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou

10.9.2.1.2.2Por cópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante;

10.9.2.1.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123/06 (Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte) – “SIMPLES NACIONAL”:

10.9.2.1.3.1Por cópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante;

10.9.2.2. Os documentos exigidos nesse subitem, quando forem próprios, deverão ser assinados pelo representante legal do licitante e pelo seu contador ou, quando publicados em Órgão de Imprensa Oficial, deverão permitir a identificação do veículo e da data de sua publicação e conter o nome do contador e o número de seu registro no Conselho Regional de Contabilidade.

10.9.3. As pessoas jurídicas obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital – ECD, bem como as sociedades empresárias que facultativamente aderiram ao sistema, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.774, de 22 de dezembro de 2017, poderão apresentar a ECD para os fins previstos no item 9.9.2 do edital.

10.9.4. No caso de empresa constituída há menos de 1 (um) ano, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período da existência da sociedade.

10.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.10.1. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante, especificadas no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

10.10.2. Para o Lote Único, 01 (um) atestado, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades definidas no objeto deste Edital, de forma satisfatória, demonstrando que a licitante gerencia ou gerenciou contratos de natureza continuada com cessão de mão de obra. A licitante deverá demonstrar expertise na alocação e gerenciamento de mão de obra terceirizada, não sendo necessário que o atestado contenha postos específicos ao objeto licitado.

10.10.2.1. O(s) atestado(s)deverá(ão) comprovar que a licitante tenha gerenciado ou gerencia contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de pessoal previsto no Termo de Referência, isto é, 02 (dois) prestadores de serviço.

10.10.2.2. Os atestados deverão comprovar que a licitante tenha gerenciado ou gerencia contrato de natureza continuada com cessão de mão de obra por período não inferior a 12 (doze) meses, até a data da abertura da sessão pública da licitação;

10.10.2.3. Para a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses e do quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento), será aceito o somatório de atestados, sendo que os mesmos

poderão contemplar execuções em períodos distintos e concomitantes.

10.10.3. Os atestados deverão conter:

10.10.3.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone).

10.10.3.2. Local e data de emissão.

10.10.3.3. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

10.10.3.4. Período da execução da atividade.

10.10.4. O licitante deve disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram executadas as atividades.

10.10.5. Além do atestado de capacidade técnica exigido no subitem 10.10.2., a licitante deverá apresentar:

10.10.5.1. Autorização de Funcionamento como empresa especializada em prestar serviços de vigilância e segurança, concedida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por intermédio do Departamento de Polícia Federal, acompanhada da respectiva Revisão da Autorização de Funcionamento, quando for o caso, com validade na data de apresentação das propostas, conforme estabelece a Lei Federal nº 7.102, de 20 de junho de 1983, Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983 e Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012 e alterações posteriores.

10.10.5.1.1. Para efeitos de comprovação de Autorização de Funcionamento, não serão aceitos protocolos ou expedientes protocolados no Departamento de Polícia Federal em substituição à autorização expedida por aquele Departamento.

10.10.5.2. Certificado de Segurança, em plena vigência, expedido pelo Departamento de Polícia Federal, conforme disposto na Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF e alterações posteriores.

10.10.5.3. Declaração de regularidade de situação de cadastramento em nome da licitante, emitida pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, em plena validade, conforme estabelece o artigo 38 do Decreto n.º 89.056 de 24 de novembro de 1983.

10.11. **DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:**

10.11.1. O licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Unidade Cadastradora da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá utilizá-lo como substituto de documento dele constante, exigido para este certame, desde que este esteja com a validade em vigor no CRC. Caso o documento constante no CRC esteja com a validade expirada, tal não poderá ser utilizado, devendo ser apresentado documento novo com a validade em vigor.

10.11.1.1. Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC, mesmo que estejam com a validade expirada.

10.11.2. Os documentos exigidos para habilitação serão apresentados no momento do cadastramento da proposta, conforme instruções do Portal de Compras <http://www.compras.mg.gov.br/>, e serão analisados após a classificação das propostas.

10.11.2.1. Para fins de habilitação, é facultada ao pregoeiro a verificação de informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos ser juntados ao processo. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o

licitante será inabilitado.

10.11.3. Todos os documentos apresentados para a habilitação deverão conter, de forma clara e visível, o nome empresarial, o endereço e o CNPJ do fornecedor.

10.11.3.1. Se o fornecedor figurar como estabelecimento matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

10.11.3.2. Se o fornecedor figurar como filial, todos os documentos deverão estar no nome da filial;

10.11.3.3. Na hipótese de filial, podem ser apresentados documentos que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos em nome da matriz;

10.11.3.4. Em qualquer dos casos, atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ(MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.11.4. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor, sujeitando-o, eventualmente, às punições legais cabíveis.

10.11.5. Aos beneficiários listados no item 4.3 será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação fiscal e/ou trabalhista, contado a partir da divulgação da análise dos documentos de habilitação do licitante melhor classificado, conforme disposto no inciso I, do § 2º, do art. 6º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

10.11.5.1. A não regularização da documentação no prazo deste item implicará a inabilitação do licitante vencedor, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.11.5.2. Se houver a necessidade de abertura do prazo para o beneficiário regularizar sua documentação fiscal e/ou trabalhista, o pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no “chat” que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site www.compras.mg.gov.br para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.4. A apresentação de documentos complementares, em caso de indisponibilidade ou inviabilidade técnica ou material da via eletrônica, devidamente identificados, relativos aos recursos interpostos ou contrarrazões, se houver, será efetuada mediante envio para o e-mail spgfdaclicitacao@fazenda.mg.gov.br, e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº. do processo e lote), observados os prazos previstos no item 11.1.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.1. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.1.2. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.1.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CAGEF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o pregoeiro declarará o licitante vencedor e o sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, disponível para consulta no site www.compras.mg.gov.br.

13.2. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.3. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, esta adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. A despesa decorrente desta licitação referente ao presente exercício será acobertada pela dotação orçamentária nº 1191 04 122 705 2500 0001 3390 3702, fontes 10.1 e 29.1, consignada na Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 23.751, de 30/12/2020, aprovada para o exercício de 2021, e quanto aos exercícios subsequentes pelas dotações próprias que forem fixadas nos respectivos orçamentos.

15. DA CONTRATAÇÃO

15.1. Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, conforme minuta do Anexo V - Contrato, de acordo com o art. 62 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.1.1. O instrumento de contratação, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados de maneira eletrônica, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG.

15.1.1.1. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, o(s) licitante(s) interessado(s) deverá (ão) acessar o Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais -

SEI/MG, por meio do link www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno, e clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".

15.1.1.2. Dúvidas com relação ao cadastro no SEI podem ser encaminhadas para o e-mail atendimentossei@planejamento.mg.gov.br.

15.1.1.3. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI/MG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto Estadual nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

15.1.2. O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente.

15.1.3. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no momento de assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

15.1.3.1. Feita a negociação e comprovados os requisitos de habilitação, o licitante deverá firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e das demais cominações legais, conforme disposto no art. 48, §2º do Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de julho de 2020.

15.2. O representante legal do licitante que tiver apresentado a proposta vencedora deverá firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, que se dará através do sistema do Portal de Compras - <http://www.compras.mg.gov.br/#>.

15.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o fornecimento ora ajustado.

17. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO

17.1. A CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

17.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

17.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

17.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

17.3.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

17.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

17.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

17.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

17.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em banco oficial em

conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE;

17.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

17.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

17.8. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

17.9. Será considerada extinta a garantia:

17.9.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

17.9.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado mensalmente através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela Contratante.

18.2. O atraso na entrega dos documentos de cobrança implicará na prorrogação do vencimento, proporcionalmente aos dias de atraso.

18.3. A CONTRATADA deverá emitir os documentos fiscais, em valores mensais e totais, com os seguintes dados:

a) Dados da CONTRATANTE

Nome: ESTADO DE MINAS GERAIS / SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA / Superintendência de Planejamento Gestão e Finanças,
CNPJ: _____ e Endereço: _____

b) Dados da CONTRATADA

Banco: _____ Agência: _____ Número da conta:

18.4. Como comprovante de despesa será aceito o DANFE, ou documento que lhe faça as vezes, que, conferido com os dados da Nota Fiscal eletrônica (NF-e), será incluído no Sistema Eletrônico de Informações - SEI para ateste das condições satisfatórias para o serviço público estadual, por dois servidores responsáveis pelo recebimento do objeto.

18.5. A Contratada deverá emitir e apresentar o DANFE, ou documento que lhe faça as vezes, a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços, para conferência e ateste pela unidade executora, em até 03 (três) dias úteis, contados da data de sua apresentação.

18.6. A Nota Fiscal eletrônica (NF-e) e respectivo DANFE, ou documento que lhe faça as vezes, que apresentar incorreções será devolvida à Contratada para os devidos ajustes e o prazo para o pagamento passará a contar da data da reapresentação do documento fiscal considerado válido pela Contratante.

18.7. Para a emissão e apresentação do Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) - Danfe, a Contratada deverá especificar o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN (Montante "E"), levando-se em conta a alíquota específica do município de Belo Horizonte.

18.8. Como condição necessária para o ateste dos documentos fiscais e para a autorização do pagamento, a Contratada encaminhará mensalmente à Contratante, juntamente com o Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-

e) – DANFE, preferencialmente de forma eletrônica, a seguinte documentação:

18.8.1. Planilhas de custos pormenorizadas, conforme especificado no Anexo II - Planilha de Custos Global, constante da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital.

18.8.2. Espelho da folha de pagamento dos empregados a serviço da Contratante, juntamente com a planilha de custo, contendo relação nominal de todos os prestadores de serviços e substitutos que prestaram serviços no período, identificando a carga horária e valores das parcelas salariais e encaminhando justificativas para eventuais distorções sob pena de devolução da mesma para correção e suspensão do pagamento das parcelas não comprovadas até a efetiva regularização.

18.8.3. Comprovante do recolhimento das contribuições sociais e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) incidentes sobre a remuneração dos segurados, incluída na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – DANFE e correspondente ao mês da última competência vencida até o 1º (primeiro) dia subsequente à data-limite para recolhimento da obrigação, sob pena de suspensão dos pagamentos.

18.8.4. Indicação do valor bruto sobre o qual incidiram tais recolhimentos.

18.8.5. Prova de quitação da folha de pagamento específica do contrato, paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, conforme relação contendo o nome do funcionário e o valor, emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente.

18.8.6. Cópia da Guia de Recolhimento do ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza quitada e autenticada pelo servidor responsável pelo pagamento ou, no caso de documento proveniente da internet, terá sua autenticidade certificada junto ao site do órgão emissor, vinculada ao Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – DANFE emitido contra a Contratante, fazendo constar, no mesmo, o número da Nota Fiscal Eletrônica que lhe deu origem e do contrato, exceto se houver, na legislação específica do município, exigência contrária na forma de recolhimento do imposto.

18.8.7. Comprovante de entrega dos benefícios previstos no contrato (vale transporte, cesta alimentação, ticket alimentação/refeição, vale refeição) relativos ao mês da prestação dos serviços.

18.9. A Contratante, nos termos do art. 31 da Lei nº. 8.212/91, com redação dada pela Lei nº. 11.933, de 2009, reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolherá, em nome da empresa cedente da mão de obra, a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, ou até o dia útil imediatamente anterior, se não houver expediente bancário naquele dia, observado o disposto no § 5º do art. 33 da referida lei.

18.10. A quitação mensal dependerá de criteriosa conferência, levando-se em conta a efetiva prestação dos serviços, deduzindo-se as faltas, atrasos, férias ocorridas no período caso não ocorra a substituição do empregado pela Contratada, bem como o efetivo fornecimento de vale transporte, cesta alimentação, ticket alimentação/refeição, vale refeição, deduzido o valor descontado do empregado, após a conferência dos respectivos comprovantes, observada a alíquota de ISSQN relativa a cada município.

18.11. No caso de ausência do profissional, sem reposição ou esta feita tardiamente, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas ou de minutos não atendidos, sem prejuízos das demais sanções legais e contratuais aplicáveis.

18.12. A partir do segundo mês da prestação dos serviços, os pagamentos somente serão efetuados após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma da lei e do Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – DANFE atestado por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93.

18.13. A não apresentação dos documentos pela Contratada, inclusive os

relativos aos recolhimentos devidos, implicará na suspensão do pagamento, até a devida comprovação, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.

18.14. Será liberado o pagamento da fatura somente após a conferência dos comprovantes mencionados no subitem 18.8.

18.15. Os primeiros documentos fiscais deverão ser emitidos proporcionalmente ao número de dias de serviços efetivamente prestados no mês anterior.

18.16. No caso de providências complementares por parte da Contratada, o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que houver o cumprimento definitivo da ocorrência, não sendo devida nesses casos atualização financeira.

18.17. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

18.18. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

18.19. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

18.20. Para fins de pagamento, o fornecedor deverá informar domicílio bancário junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da Portaria nº 001, de 9/11/2010, do Diretor da Superintendência Central de Administração Financeira da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – SCAF/SEF.

18.20.1. Caso o fornecedor não tenha conta no banco, deverá providenciar a abertura de conta corrente em qualquer agência do referido banco, comunicando à SEF-MG os dados de seu domicílio bancário para fins de certificação de cadastro junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG e posterior recebimento de seus créditos.

18.20.2. Excepcionalmente, mediante manifestação formal do fornecedor que esteja impossibilitado de manter conta corrente junto ao Banco do Brasil, o pagamento poderá ser feito nos termos do §2º do art. 1º da Portaria nº 001/2010.

19. DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

19.1. O preço dos serviços poderá ser reajustado e/ou repactuado mediante Termo Aditivo ou Termo de Apostila, conforme o caso, da seguinte forma:

19.1.1. A Remuneração (Montante “A”) poderá ser reajustada no primeiro ano de vigência contratual se ocorrer alteração no salário da categoria, mediante apresentação de cópia autenticada da Convenção Coletiva de Trabalho, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; ou Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa, devidamente homologada pela Justiça do Trabalho, hipótese em que serão alterados os valores nominais dos encargos sociais/trabalhistas (Montante “B”), mantidos seus percentuais.

19.1.2. Uma vez reajustados os salários (Montante “A”) e alterados os valores nominais dos encargos sociais trabalhistas (Montante “B”), conforme estabelecido no tópico acima, o contrato poderá ser reajustado, no que concerne aos montantes “A” e “B”, quando ocorrer nova Convenção Coletiva de Trabalho registrada pelo MTE, Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa homologada pela Justiça do Trabalho, desde que observada a periodicidade de 12 meses de que trata a Lei 9.069/95, respeitado o piso salarial concedido à categoria.

19.1.3. A parte relativa aos insumos (Montante “C”), com exceção dos itens “Assistência Médica / Odontológica”, “Treinamento / Capacitação / Reciclagem”, “Contribuição Assistencial Patronal”, cesta alimentação, ticket alimentação/refeição, vale refeição, e “Vale Transporte” somente poderá ser reajustada a cada 12 (doze) meses de vigência do contrato, mediante concordância das partes, com base no IPCA, e não incidirá sobre os

reajustes ou alterações de salários da categoria.

19.1.4. A parte relativa aos itens “Assistência Médica/Odontológica”, “Treinamento/Capacitação/ Reciclagem”, “Contribuição Assistencial Patronal”, “Cesta Alimentação”, “Ticket Alimentação/Refeição”, “Vale Refeição” somente poderá ser reajustada quando ocorrer alteração desses valores mediante apresentação de cópia autenticada da Convenção Coletiva de Trabalho registrada no MTE, Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa, devidamente homologada pela Justiça do Trabalho.

19.1.5. O aumento do valor do vale-transporte deverá ser comprovado pela Contratada, mediante demonstrativo do cálculo e exibição da norma legal respectiva, para aprovação da Contratante.

19.1.6. A parte relativa aos custos administrativo-operacionais e lucro (Montante “D”) somente poderá ser reajustada a cada 12 (doze) meses de vigência do contrato, mediante concordância das partes, pleiteado pela Contratada e aprovado pela Contratante, de acordo com a minuta do contrato. O reajuste será limitado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo, conforme disposto na Resolução Conjunta SEF/SEPLAG Nº 8.898, de 14 de junho de 2013.

19.1.7. O Montante “D” é um valor nominal e não incidirá sobre os reajustes ou alterações de salários da categoria.

19.2. O aumento do valor dos tributos que incidam sobre o faturamento mensal da empresa, bem como a alteração, instituição e extinção de tributos ou encargos ocorridos após a apresentação da proposta, que repercutam nos preços contratados, deverão ser comprovados pela Contratada, mediante demonstrativo do cálculo e exibição da norma legal respectiva, para aprovação pela Contratante, após parecer da Assessoria Jurídica/SEF.

19.3. Incumbirá à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste, a ser aprovado pela Contratante, juntando-se à discriminação dos serviços prestados, a memória de cálculo de reajuste/repactuação e as planilhas analíticas de custos atualizadas. Caberá, também, à Contratada apresentar os demais documentos comprobatórios do aumento salarial concedido à categoria funcional, ou seja, Convenção Coletiva de Trabalho, dissídio coletivo ou sentença normativa, para elaboração do termo aditivo, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do registro/homologação, sob pena de não fazer jus à repactuação com efeitos retroativos, tornando-se a única e exclusiva responsável pelos prejuízos decorrentes da não apresentação desses documentos tempestivamente.

19.4. Se, no momento de eventual prorrogação contratual ainda não houver Convenção Coletiva de Trabalho, Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa, caberá à Contratada ressaltar seu direito à repactuação, cujos efeitos poderão retroagir à data base de novo acordo coletivo que alterar o salário da categoria profissional, observados os procedimentos estabelecidos no subitem anterior.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, e no Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.1.1. Advertência por escrito;

20.1.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) dos quais o licitante tenha participado e cometido a infração;

20.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

20.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

20.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

20.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 20.1.1, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5.

20.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao infrator e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

20.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

20.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

20.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

20.7. As sanções relacionadas nos itens 20.1.3, 20.1.4 e 20.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no CAGEF.

20.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

20.8.1. Retardarem a execução do objeto;

20.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

20.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

20.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

20.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Fica facultado aos interessados visitar o local e imóvel onde serão prestados os serviços, para conhecimento das características do imóvel, instalações e mobiliários, conforme definido no Termo de Referência - Anexo I a este Edital.

21.1.1. Mesmo não havendo visita, a proposta vincula o respectivo fornecedor, ficando claro que não será aceito, sob nenhuma hipótese, a alegação posterior de desconhecimento das circunstâncias em que deverão ser executados os serviços ora licitados, sem prejuízo de aplicação das penalidades legais por inexecução ou descumprimento do contrato.

21.2. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

21.3. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase

do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

21.4. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da contratação.

21.5. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

21.6. O pregoeiro, no julgamento das propostas e da habilitação, poderá relevar omissões puramente formais e sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.7. A presente licitação somente poderá ser revogada por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.8. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

21.9. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site: www.compras.mg.gov.br.

ARILSON LEANDRO FERNANDES CORREA LOPES
Diretor de Aquisições e Contratos

BLEND A ROSA PEREIRA COUTO
Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 03/05/2021, às 08:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Blenda Rosa Pereira Couto, Superintendente**, em 04/05/2021, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27453537** e o código CRC **2A71F167**.

Referência: Processo nº 1190.01.0009273/2020-17

SEI nº 27453537



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de
Aquisições

Versão v.20.09.2020.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

O presente termo de referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços contínuos de vigilância armada, nas dependências e instalações da Secretaria de Estado de Fazenda, compreendendo o fornecimento de mão-de-obra, de uniformes e de equipamentos adequados à execução dos trabalhos, para suprir as necessidades deste órgão, na cidade de Belo Horizonte/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Lote	Item	Código do item no SIAD	Quantidade	Unidade de aquisição	Descrição do item CATMAS
Único	1	000004634	1	1,00	Serviços de vigilância armada

1.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.1.1. Os serviços deverão ser executados em estrita conformidade com as descrições constantes deste Termo de Referência.

1.1.2. Os serviços de vigilância armada serão executados no prédio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG, situado na Rua Porto, 450 – Bairro de São Francisco, Belo Horizonte/MG.

1.1.3. A presente contratação tem o quantitativo de 02 (dois) postos de vigilância armada, noturno e diurno, 24 (vinte e quatro) horas/dia de segunda a segunda, inclusive sábado, domingo, feriado e ponto facultativo, com o quantitativo total de 04 (quatro) vagas.

1.1.4. Os serviços serão executados na jornada de trabalho 12X36 horas.

1.1.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.2.1. A contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços objeto do presente Termo de Referência encontra amparo legal na Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002; na Lei Estadual nº 14.167, de 10 de Janeiro de 2002; no Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de Julho de 2020; na Lei Estadual nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001 e pelos Decretos Estaduais nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, nº 47.437, de 26 de junho de 2018, nº 46.559, de 16 de julho de 2014, nº. 47.524, de 6 de novembro de 2018, nº. 37.924, de 16 de maio de 1996, aplicando-se subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.

1.2.2. No caso da prestação de serviços de vigilância, a contratação de pessoa jurídica que envolve fornecimento de mão de obra terceirizada,

com dedicação exclusiva, deve atender aos requisitos descritos na Lei nº 7.102/83, tanto para que as empresas especializadas possam operar, como para o exercício da profissão de vigilante.

1.2.3. De acordo com o art. 14 da Lei nº 7.102/83, as condições essenciais para que as empresas operem são os seguintes:

1.2.3.1. Autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 da Lei nº 7.102/83.

1.2.3.2. Comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal.

1.2.4. Para o exercício da profissão, nos termos do art. 16 da Lei nº 7.102/83, o vigilante deve preencher os seguintes requisitos:

1.2.4.1. ser brasileiro;

1.2.4.2. ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

1.2.4.3. ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;

1.2.4.4. ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da lei em questão;

1.2.4.5. ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;

1.2.4.6. não ter antecedentes criminais registrados; e

1.2.4.7. estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

1.3. **OBJETIVOS DA AQUISIÇÃO**

1.3.1. A descrição da solução como um todo abrange a prestação do serviço de vigilância armada ininterrupta, vigilância patrimonial mediante uso de arma letal e não-letal, incluindo o fornecimento de uniformes e equipamentos visando atender às necessidades institucionais desta Secretaria de Estado de Fazenda, para garantir a segurança de suas instalações, com vistas à proteção contra depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio, e a assegurar a integridade física dos servidores e colaboradores em desempenho de suas atividades, e, ainda, daqueles que eventualmente transitam pelas instalações deste Órgão.

1.4. **ESCOPO DOS SERVIÇOS E CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DE VIGILANTE**

1.4.1. O enquadramento da categoria profissional que será empregada na prestação do serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é o elencado a seguir.

1.4.2. Descrição Geral - Vigilante - CBO - nº 5173-30 - Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades; zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio; vigiam presos. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.

1.4.3. Áreas de Atividade: ZELAR PELA SEGURANÇA DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO A.1 - Controlar o acesso de pessoas em áreas restritas A.2 - Rondar as dependências do local de trabalho A.3 -Ligar sistemas de iluminação e equipamentos A.4 - Ligar cabine de força A.5 - Verificar o uso do EPI A.6 - Exigir que as pessoas não fumem em locais proibidos A.7 - Desligar sistemas de iluminação e equipamentos A.8 - Apartar brigas A.9 -

Providenciar socorros médicos A.10 - Solicitar reparos A.11 - Trocar lâmpadas A.12 - Resgatar pessoas acidentadas A.13 - Fotografar ocorrências A.14 - Prevenir incêndios A.15 - Credenciar empresas, veículos e pessoas A. 16 - Combater incêndios A.17 - Prestar primeiros socorros B - FISCALIZAR PESSOAS, CARGAS E PATRIMÔNIO B.1 - Vistoriar bagagens utilizando equipamento de raio x B.2 - Revistar pessoas B.3 - Revistar veículos B.4 - Revistar mercadorias, cargas e bagagens B.5 - Revistar recintos B.6 - Realizar varreduras B.7 - Monitorar áreas por equipamentos eletrônicos B.8 - inspecionar a integridade das cargas B.9 - Conduzir infratores à delegacia C - RECEPCIONAR PESSOAS C.1 - Identificar pessoas C.2 - Entrevistar passageiros C.3 - Consultar a pessoa a ser visitada C.4 - Analisar o comportamento de pessoas C.5 - Abordar pessoas C.6 - Encaminhar pessoas C.7 - Acompanhar o visitante C.8 - Controlar a movimentação interna das pessoas C.9 - Auxiliar idosos, deficientes físicos e demais pessoas necessitadas C.10 - Recepcionar autoridades C.11 - Requisitar transporte C.12 - Impedir a entrada de pessoas C.13 - Controlar o acesso de veículos D - CONTROLAR OBJETOS, CARGAS E VEÍCULOS D.1 - Verificar a documentação da carga D.2 - Conferir a mercadoria e carga D.3 - Apreender objetos ilícitos e irregulares D.4 - Acompanhar a entrega da carga dentro do local de trabalho D.5 - Identificar objetos achados e perdidos para devolução D.6 - Verificar documentação do condutor da carga D.7 - Solicitar remoção de cargas em locais inadequados D.8 - Fiscalizar o trânsito na área D.9 - Orientar o trânsito na área D.10 - Sinalizar vias de circulação interna E - COMUNICAR-SE E.1 - Relatar ocorrências E.2 - Interagir com órgão oficiais E.3 - Prestar informações ao público E.4 - Comunicar ocorrências e contra o meio-ambiente E.5 - Solicitar a presença de autoridade competente E.6 - Comunicar ocorrências de cargas irregulares E.7 - Informar visitantes sobre normas de segurança E.8 - Comunicar-se através de gestos e sinais E.9 - Preencher relatórios de ocorrências (BO) E.10 - Ajustar escala de trabalho.

2. DOS LOTES

2.1. DO AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTES:

O objeto desta licitação corresponde a item de natureza divisível, contudo sua divisão em parcelas é inviável, posto que prejudicaria a sua execução, que deve ser realizada por empresa especializada, cuja expertise seja comprovada por meio de atestados exigidos neste termo de referência. Nesse sentido, a licitação em Lote Único se justifica por prover mais eficiência na contratação e na execução dos serviços, pois será selecionada a proposta mais vantajosa à Administração e a contratação de única empresa para fornecer a integralidade do objeto permitirá o gerenciamento centralizado, facilitando o acompanhamento, a fiscalização e a própria logística afeta ao contrato.

Além do mais, caso o objeto fosse dividido, contemplando contratações diferentes para os mesmos serviços, a Administração poderia contratar com diferentes empresas cujos serviços recairiam sobre um único empreendimento, com grande possibilidade de elevação dos preços, levando à execução descoordenada dos serviços, restando prejudicado o controle, o acompanhamento e a fiscalização, além da apuração de responsabilidades, em caso de infringência aos princípios da eficiência, eficácia e efetividade.

Em suma, todos os pontos acima abordados são razões inconteste para unificar as responsabilidades dos serviços pretendidos e de fornecimento de material em uma única empresa vencedora da disputa do futuro certame. Do contrário, existe a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido e a perda da economia de escala.

2.2. LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

No tocante a esta contratação a participação deverá ser aberta a todos os licitantes, sobretudo por se tratar de lote único, nos termos do Decreto Estadual nº. 47.437/2018. Não se observa, portanto, nesta contratação, a possibilidade de

divisão do item em lotes distintos para permitir a participação de ME/EPP. Ademais, por não se tratar de bens de natureza divisível, o que não permite a destinação do percentual previsto no art. 48, III, da LC nº 1123/2006, e ainda o fato de o valor anual estimado no lote único ultrapassar R\$80.000,00 (oitenta mil reais), as regras contidas nos artigos 8º a 11 do Decreto Estadual nº 47.437/2018 não se aplicam a esta contratação, nos termos do artigo 14 do referido diploma legal.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Pode-se justificar o presente processo de terceirização de serviços pelo fato de que o patrimônio da Instituição é composto de bens imóveis e bens móveis, que, aliado ao grande fluxo diário de pessoas no edifício, faz premente permanente fiscalização e acompanhamento da entrada e saída de bens, evitando seus desaparecimentos e/ou extravios.

3.2. De outra parte, tem-se que garantir a integridade ou inviolabilidade das diversas instalações durante os períodos em que não haja expediente normal no órgão. É exatamente no decorrer desses períodos do dia que sobressai a importância da manutenção de segurança ostensiva patrimonial, conquanto evita possíveis prejuízos diretos ao erário e à prestação dos serviços públicos.

3.3. É fato que essa vigilância deve ser ostensiva e armada, sobretudo em virtude da natureza dos serviços públicos prestados por este órgão, ao qual compete a gestão dos bens públicos e suprimentos necessários ao funcionamento da SEF. Assim, no local funciona a gestão do arquivo geral da SEF, arquivo funcional, mercadorias apreendidas, suprimentos e parte do frota da SEF.

3.4. Necessário ressaltar que a SEF/MG não dispõe de recursos materiais e humanos em seu quadro efetivo e mesmo detentores de conhecimento especializado para realizar as atividades que se busca terceirizar. Da mesma forma, as atividades, objeto da contratação, não se encontram relacionadas entre aquelas descritas nas carreiras dos servidores desta Secretaria.

3.4.1. Com efeito, o Decreto Estadual nº 47.794, de 2019, estabelece a seguinte competência para a Secretaria de Estado de Fazenda, nas quais não se inclui prestação de serviços de vigilância armada:

"Art. 2º. A SEF tem como finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado relativas a política tributária e fiscal, a gestão dos recursos financeiros, a política e as diretrizes da gestão contábil do Estado e as atividades pertinentes à gestão da governança corporativa estadual, assim como responsabilizar-se pela implementação das políticas tributária e fiscal e pelo provimento, controle e administração dos recursos financeiros necessários à consecução dos objetivos da Administração Pública."

3.4.2. Ademais, a Lei Estadual nº 15.464, de 2005, que Instituiu as carreiras do Grupo de Atividades de Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Poder Executivo e as carreiras de Técnico Fazendário de Administração e Finanças e de Analista Fazendário de Administração e Finanças, estabelece o seguinte:

"Art. 1º. Ficam instituídas, na forma desta lei, as seguintes carreiras:

I – Auditor Fiscal da Receita Estadual – AFRE;

II – Gestor Fazendário – GEFAZ;

III – Técnico Fazendário de Administração e Finanças;

IV – Analista Fazendário de Administração e Finanças."

3.4.3. Portanto, tais carreiras não contemplam, entre as suas atribuições, os serviços objeto da futura contratação.

3.5. Em decorrência da sua natureza, a saber, de regime de dedicação

exclusiva, os empregados da Contratada serão alocados para trabalhar continuamente nas dependências do órgão e a execução dos serviços seguirá as diretrizes gerais da SEF MG. Os serviços são essenciais e visam a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade e a conservação do patrimônio público e permitindo que a reduzida força de trabalho composta pelos servidores públicos se dediquem ao funcionamento das atividades finalísticas do órgão, em atenção à prestação do serviço público e ao cumprimento da sua missão institucional. Por essa razão, a contratação em tela permitirá o melhor aproveitamento dos recursos humanos do órgão.

3.6. A contratação, ainda, potencializa ganhos com eficiência, qualidade e produtividade, pois a prestação dos serviços a serem licitados será realizada por empresa especializada, que detenha estrutura mínima, *know how* e expertise para atender às exigências da Administração quanto às tarefas típicas das categorias profissionais supra listadas, que são importantes para o êxito das atividades administrativas e finalísticas desta Secretaria de Estado de Fazenda.

3.7. Em atendimento à determinação contida no artigo *art. 15, §7º, inc. II da Lei 8666/93*, justifica-se o quantitativo do objeto em tela, bem como as respectivas cargas horárias, para que se possa manter sempre (01) um vigilante durante um período ininterrupto de 12 (doze) horas.

4. DA JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE

4.1. Em conformidade com o parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, e com o Decreto Estadual nº 48.012, de 2020, o objeto a ser contratado é caracterizado como serviço comum, pois os seus padrões de desempenho e qualidade bem como todas as características gerais e específicas de sua prestação são as usuais do mercado e comparáveis entre si, além de passíveis de descrições sucintas e objetivamente definidas no edital. Além disso, existe um vasto o número de empresas no mercado capazes de atender plenamente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

4.2. Portanto, deve ser adotada a modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço, devendo ser considerado vencedor o licitante que ao final da disputa de lances ofertar o menor preço global.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E SOCIEDADES COOPERATIVAS

5.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar os serviços de forma independente.

5.2. Ademais, conforme acórdão nº 3010, de 2015, do TCU, *‘a participação de empresas em consórcio não implica necessariamente incremento de competitividade’*, podendo restringir inclusive o número de licitantes e comprometer a isonomia da competição e a oferta de propostas vantajosas à Administração.

5.3. Igualmente, não será permitida a participação de sociedades cooperativas neste certame, pois a natureza destas não é compatível com o objeto da presente licitação, conforme disposto no art. 5º da Lei n.º 12.690, de 19 de julho de 2012 e na súmula 281 do Tribunal de Contas da União: *"É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade."*

6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.1. As exigências a serem feitas em uma contratação devem ser suficientes para garantir a obtenção dos serviços e serem capaz de atender à necessidade da Administração Pública.

6.2. A exigência da qualificação técnica consubstancia numa necessidade administrativa, isto é, um interesse da administração pública de obter eficientes serviços de vigilância armada, o qual é composto por categoria profissional que exige capacitação para o seu exercício. Diante desse fato, conforme constou do termo de referência, é necessário e atende ao interesse público a licitante demonstrar que possui capacidade para recrutar, manter pessoal capacitado e realizar a gestão desses profissionais.

6.3. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante, especificadas no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

6.4. Para o lote único, 01 (um) atestado, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades definidas no objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, demonstrando que a licitante gerencia ou gerenciou contratos de natureza continuada com cessão de mão de obra.

6.5. Os atestados deverão comprovar que a licitante tenha gerenciado ou gerencia contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de pessoal previsto neste Termo de Referência, isto é, 02 (dois) prestadores de serviço.

6.6. A exigência constante do subitem anterior está fundamentada no **Acórdão 1214/2013 do TCU**, o qual contempla boas práticas relativas às exigências de qualificação técnica e econômico-financeira e de fiscalização contratual, que são imprescindíveis ao cumprimento das obrigações contratuais, sem comprometer seu caráter competitivo, *in verbis*:

*"O que importa é perceber que a habilidade das contratadas na gestão da mão de obra, nesses casos, é realmente muito mais relevante para a Administração do que a aptidão técnica para a execução dos serviços, inclusive porque estes apresentam normalmente pouca complexidade. Ou seja, nesses contratos, dada a natureza dos serviços, interessa à Administração certificar-se de que a contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar os compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais. É situação muito diversa de um contrato que envolva complexidade técnica, como uma obra, ou de um contrato de fornecimento de bens, em que a capacidade pode ser medida tomando-se como referência a dimensão do objeto – que serve muito bem o parâmetro de 50% usualmente adotado. 115. Destaque-se que a constatação de que a habilidade requerida para a prestação de serviços terceirizados mediante cessão de mão de obra é diferenciada, advém da experiência da Administração na condução desses contratos. Tem-se observado que a maior causa de fracasso na execução dos ajustes é a incapacidade das empresas de manter a prestação dos serviços ao longo do tempo sem falhar no cumprimento de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias junto aos empregados. Logo, pode-se concluir que a habilidade de gestão de pessoal, nesses casos, relaciona-se mais à saúde financeira das empresas e à capacidade de gerenciar recursos financeiros e custos. 116. Por tudo isso, o conteúdo dos atestados de capacidade técnica exigidos nas licitações não tem atendido aos pressupostos da Lei 8.666/93 – aptidão para executar os serviços contratados e cumprir com os demais encargos exigidos pela legislação e pelo contrato. 117. **Com o propósito de atender aos princípios do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório, entende-se que deve ser requerido, para demonstrar a capacidade técnica para gerir pessoal, um mínimo de 20 (vinte) postos, pouco***

importando as dimensões dos serviços. Essa exigência presta-se a assegurar que a contratada possui a aptidão mínima para gerenciar contratos de natureza continuada, com cessão de mão de obra, perante a administração pública, até o limite de quarenta postos. Após esse limite, passaria a ser exigido 50% do total de postos de trabalho objeto da licitação." (Destacamos)

6.7. Os atestados deverão comprovar que a licitante tenha gerenciado ou gerencia contrato de natureza continuada com cessão de mão de obra por período não inferior a 12 (doze) meses, até a data da abertura da sessão pública da licitação.

6.8. O prazo de 12 (doze) meses está vinculado à vigência da futura contratação e sua exigência encontra respaldo no [Acórdão 7164/2020 Segunda Câmara/TCU](#), assim:

"Em licitações de serviços continuados, para fins de qualificação técnico-operacional, a exigência de experiência anterior mínima de três anos (subitens 10.6, b, e 10.6.1 do Anexo VII-A da [IN-Seges/MPDG 5/2017](#)), lapso temporal em regra superior ao prazo inicial do contrato, deve ser objeto de adequada fundamentação, baseada em estudos prévios e na experiência pretérita do órgão contratante, que indiquem ser tal lapso indispensável para assegurar a prestação do serviço em conformidade com as necessidades específicas do órgão, por força da sua essencialidade, quantitativo, risco, complexidade ou qualquer outra particularidade.

(...)

9.4. promover o envio de ciência, nos termos da Resolução TCU n.º 315, de 2020, com vistas à superveniente adoção das medidas cabíveis em prol da prevenção ou correção das irregularidades no sentido de, em futuros certames, a Fundação Universidade do Amazonas abster-se de exigir a comprovação de experiência pelos licitantes na execução do objeto licitado pelo prazo não inferior a 3 (três) anos, quando o prazo inicial do contrato a ser firmado for de 12 (doze) meses, sem a devida apresentação, para tanto, de percuente justificativa técnica fundamentada a partir de estudos prévios à licitação e da experiência pretérita da instituição contratante, devendo indicar ser esse lapso indispensável para assegurar a prestação dos serviços em conformidade com as necessidades específicas da instituição, por força da essencialidade, dos quantitativos, do risco e da complexidade, além das demais particularidades, ante a necessária observância dos princípios administrativos da razoabilidade, da competitividade no certame e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração, além da observância à jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 2.870/2018 e 2.785/2019, do Plenário, e do Acórdão 14.951/2018, da 1ª Câmara;"

6.9. Além disso, os atestados são necessários, porquanto o artigo 30 da Lei nº 8.666/93 exige a comprovação de aptidão para desempenho da atividade licitada. Essa comprovação é necessária para demonstrar que a licitante possui habilidade para a gestão da mão de obra, daí porque a Administração deve certificar-se de que a eventual contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado para as funções, além de honrar as demais obrigações constantes deste termo de referência, especialmente as trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

6.10. Conforme disposto na DENÚNCIA nº 1024537 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a jurisprudência do TCU consolidou o entendimento de que a permissão de somatório de quantitativo de atestados constitui medida

que resguarda a competitividade do certame. Portanto, para a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses e do quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) será aceito o somatório de atestados, sendo que os mesmos poderão contemplar execuções em períodos distintos e concomitantes.

6.11. Além do atestado de capacidade técnica exigido no subitem 6.4, a licitante deverá apresentar:

6.11.1. Autorização de Funcionamento como empresa especializada em prestar serviços de vigilância e segurança, concedida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por intermédio do Departamento de Polícia Federal, acompanhada da respectiva Revisão da Autorização de Funcionamento, quando for o caso, com validade na data de apresentação das propostas, conforme estabelece a Lei Federal nº 7.102, de 20 de junho de 1983, Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983 e Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012 e alterações posteriores.

6.11.1.1. Para efeitos de comprovação de Autorização de Funcionamento, não serão aceitos protocolos ou expedientes protocolados no Departamento de Polícia Federal em substituição à autorização expedida por aquele Departamento.

6.11.2. Certificado de Segurança, em plena vigência, expedido pelo Departamento de Polícia Federal, conforme disposto na Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF e alterações posteriores.

6.11.3. Declaração de regularidade de situação de cadastramento em nome da licitante, emitida pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais, em plena validade, conforme estabelece o artigo 38 do Decreto n.º 89.056 de 24 de novembro de 1983.

7. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA

O licitante deverá comprovar patrimônio líquido de no mínimo 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do inciso III, §§ 2º e 3º do artigo 31 da Lei Federal nº. 8.666, de 1993, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta (Acórdão TCU Nº 1214/2013 - Plenário).

8. DOS CRITÉRIOS DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

Deve ser considerado vencedor o licitante que ao final da disputa de lances ofertar o menor preço global para o lote único, ter sua proposta aceita, bem como atender às exigências habilitatórias.

9. DA PROVA DE CONCEITO:

Não será exigida a apresentação de prova de conceito, pois não há necessidade de amostra a ser fornecida pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar para realização dos testes necessários à verificação do atendimento às especificações técnicas definidas no Termo de Referência.

10. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

10.1. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E JORNADA DE TRABALHO

10.1.1. As atividades deverão ser iniciadas imediatamente após a emissão na nota de empenho.

10.1.2. Os serviços de vigilância armada serão executados no prédio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG, situado na Rua

Porto, 450 – Bairro de São Francisco, Belo Horizonte/MG.

10.1.3. O fornecedor deverá prover 02 (dois) postos de vigilância armada, sendo 01 (um) noturno, com duas vagas e 01 (um) diurno, com duas vagas, totalizando 04 (quatro) vagas, 24 (vinte e quatro) horas/dia de segunda a segunda, inclusive sábado, domingo, feriado e ponto facultativo.

10.1.4. A jornada de trabalho será de 12X36, que compreende uma jornada de trabalho com duração de 12 (doze) horas de trabalho corrido por 36 (trinta e seis) horas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

10.2. ATRIBUIÇÕES DOS POSTOS DE SERVIÇOS

10.2.1. Os postos 12 horas por 36 diurnos e noturnos, serão alocados em pontos estratégicos, onde não poderá haver a interrupção da vigilância em hipótese alguma, como por exemplo: portarias, garagens e monitoramento do CFTV.

10.2.2. A prestação dos serviços de vigilância, nos Postos fixados pela Administração, envolve a alocação, pela contratada, de mão-de-obra capacitada para:

10.2.2.1. Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

10.2.2.2. Manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;

10.2.2.3. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entender oportunas;

10.2.2.4. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

10.2.2.5. Exigir que pessoas não fumem em locais proibidos;

10.2.2.6. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;

10.2.2.7. Repassar para o vigilante que está assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;

10.2.2.8. Comunicar ao fiscal do contrato da Administração, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Administração;

10.2.2.9. Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

10.2.2.10. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar;

10.2.2.11. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela instalação;

10.2.2.12. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência;

10.2.2.13. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;

10.2.2.14. Registrar e repassar para o fiscal do contrato as entradas ocorridas fora do horário do funcionamento do Órgão.

10.2.2.15. Registrar em livro próprio a entrada e saída de bens patrimoniais da Contratante, tendo em anexo toda e qualquer autorização por escrito de autoridade competente para tal, quando couber;

10.2.2.16. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;

10.2.2.17. Cuidar para que as luzes, os computadores, o ar-condicionado ou quaisquer equipamentos estejam desligados em ambientes onde não haja presença de pessoas e comunicar à administração quaisquer necessidades de manutenção das instalações hidráulicas e elétricas quando verificada a existência de vazamentos e problemas elétricos;

10.2.2.18. Verificar se todas as portas e janelas da Unidade estão trancadas ou fechadas após o horário de expediente;

10.2.2.19. Executar 4 (quatro) rondas diárias ou mais, dependendo da necessidade apresentada, com emissão de relatórios circunstanciados conforme a orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

10.2.2.20. Assumir diariamente os postos devidamente uniformizados;

10.2.2.21. A programação dos serviços será feita periodicamente pela Administração e deverão ser cumpridos, pela Contratada, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral.

10.2.3. A Contratada manterá supervisão da qualidade dos serviços, credenciando junto à Contratante a pessoa responsável para representá-la, à qual caberá resolver quaisquer questões pertinentes à execução dos serviços, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e solicitações da Contratante, além de:

10.2.3.1. investigar causas de ocorrências;

10.2.3.2. apurar fatos para prevenção de ocorrências;

10.2.3.3. elaborar cronograma de trabalho;

10.2.3.4. elaborar normas e procedimentos de trabalho, quando solicitados;

10.2.3.5. adotar medidas corretivas;

10.2.3.6. divulgar novas técnicas e metodologia;

10.2.3.7. elaborar escala de serviço;

10.2.3.8. conferir frequência de subordinados;

10.2.3.9. verificar apresentação pessoal dos subordinados;

10.2.3.10. fiscalizar procedimentos de trabalho dos subordinados;

10.2.3.11. checar equipamentos e recursos de trabalho;

- 10.2.3.12. prestar assistência a subordinados sempre que necessário;
- 10.2.3.13. apresentar à fiscalização do contrato a possibilidade de remanejar subordinados sempre que necessário;
- 10.2.3.14. sugerir medidas preventivas e corretivas;
- 10.2.3.15. prestar esclarecimentos sempre que solicitado pela Administração;
- 10.2.3.16. coletar informações sobre o atendimento e/ou serviço prestado;
- 10.2.3.17. relatar ocorrências à fiscalização do contrato para que sejam tomadas as devidas providências.

10.3. **DOS UNIFORMES**

10.3.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.

10.3.2. O vigilante usará uniforme somente quando em efetivo serviço. O uniforme deverá conter os elementos constantes do art. 149 da Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, o qual estabelece:

"Art. 149. O uniforme do vigilante é obrigatório e de uso exclusivo em serviço, devendo possuir características que garantam a sua ostensividade.

§ 1º A fim de garantir o caráter ostensivo, o uniforme deverá conter os seguintes elementos:

I - apito com cordão;

II - emblema da empresa;

III - plaqueta de identificação do vigilante, autenticada pela empresa, com validade de 06 (seis) meses, constando o nome, o número da Carteira Nacional de Vigilante e fotografia colorida em tamanho 3 x 4."

10.3.3. O modelo de uniforme dos vigilantes não será aprovado quando semelhante aos utilizados pelas Forças Armadas e Forças Auxiliares.

10.3.4. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

10.3.4.1. 02 (dois) pares de meia;

10.3.4.2. 02 (duas) camisas;

10.3.4.3. 02 (duas) calças;

10.3.4.4. 01 (um) par de sapatos (de 06 (seis) em 06 (seis) meses ou 01 (um) coturno de 12 (doze) em 12 (doze) meses);

10.3.4.5. 01 (uma) jupon; e

10.3.4.6. 01 (um) cinto.

10.3.5. Os uniformes de que trata o item 10.3.4 serão fornecidos, mediante recibo em 02 (duas) vias, a cada 6 (seis) meses para cada vigilante. Uma das vias deverá ser enviada ao fiscal do contrato para ateste.

10.3.6. O modelo dos uniformes a serem fornecidos aos empregados deverá ser submetido à avaliação prévia da SEF/MG. Caso o modelo apresentado seja considerado inadequado à prestação dos serviços, o mesmo deverá ser substituído, sem quaisquer acréscimos aos valores estabelecidos na Planilha de Custos Global.

10.3.7. A Contratada deverá providenciar para que todas as peças de

uniforme tenham corte adequado a cada profissional, observando-se o sexo e as características de altura e peso, devendo promover quaisquer adaptações necessárias.

10.3.8. O fornecedor deverá fornecer uniformes apropriados às empregadas gestantes em até 15 (quinze) dias após a ciência da situação, substituindo-os sempre que necessário.

10.3.9. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade.

10.4. DOS MATERIAS, EQUIPAMENTOS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

10.4.1. A CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados, sempre que necessário, todo o equipamento de proteção individual (EPI) e acessórios que proteja a saúde e integridade física do trabalhador.

10.4.2. Caberá à CONTRATADA orientar seus empregados quanto ao uso correto dos equipamentos de proteção individual, bem como tornar seu uso obrigatório

10.4.3. Todo e qualquer empregado que se recuse a utilizar os EPI's nos serviços objeto deste Termo de Referência, deverá ser substituído no prazo de 24h (vinte e quatro horas), sendo considerada a sua atitude como inconveniente, imprudente e perigosa.

10.4.4. As armas destinadas ao uso dos vigilantes serão de propriedade e responsabilidade das empresas especializadas nos serviços de vigilância, como preconizado no inciso I do art. 21 da Lei nº 7.102/1983, *in verbis*:

"Art. 21 - As armas destinadas ao uso dos vigilantes serão de propriedade e responsabilidade:

I - das empresas especializadas;"

10.4.5. Existe permissão de porte para o vigilante de revólver calibre 32 ou 38, além de cassetete de madeira ou de borracha, quando em serviço, conforme o art. 22 da Lei nº 7.102/1983, *in verbis*:

"Art. 22 - Será permitido ao vigilante, quando em serviço, portar revólver calibre 32 ou 38 e utilizar cassetete de madeira ou de borracha."

10.4.6. Para a execução do objeto contratual, deve ser respeitada a Portaria nº 3.233/2012- DG/DPF, ou o instrumento normativo que porventura lhe suceda, com destaque para o previsto no caput e no §1º do art. 114, *in verbis*:

"Art. 114. As empresas de segurança especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança somente poderão utilizar as armas, munição, coletes de proteção balística e outros equipamentos descritos nesta Portaria, cabendo ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, autorizar, em caráter excepcional e individual, a aquisição e uso pelas empresas de outras armas e equipamentos, considerando as características estratégicas de sua atividade ou sua relevância para o interesse nacional.

§ 1º As empresas de vigilância patrimonial poderão dotar seus vigilantes, quando em efetivo serviço, de revólver calibre 32 ou 38, cassetete de madeira ou de borracha, e algemas, vedando-se o uso de quaisquer outros instrumentos não autorizados pelo Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada."

10.4.7. Os artigos 134 a 136 da Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012 enunciam detalhes importantes sobre a realização do transporte de armas, munições e coletes de proteção balísticas,

instrumentos utilizados na prestação dos serviços de vigilância, assim:

"Art. 134. As empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança que desejarem transportar armas e munições entre estabelecimentos da mesma empresa ou para suprimento de postos de serviço, ou em outras situações que se fizerem necessárias, deverão apresentar requerimento à Delesp ou CV em que conste:

I - a descrição das armas e munições a serem transportadas;

II - a descrição dos endereços de origem e destino, bem com o motivo da necessidade do transporte;

III - o trajeto do material a ser transportado, quando entre municípios não contíguos; e

IV - comprovante do recolhimento da taxa de autorização para transporte de armas, munições, explosivos e apetrechos de recarga.

Art. 135. O transporte de coletes à prova de balas, entre as instalações da empresa e para seus postos de serviço, não necessita de autorização da Delesp ou CV, dispensando-se a expedição da respectiva guia.

Parágrafo único. Quando os coletes forem adquiridos por outra empresa de segurança privada ou quando forem encaminhados para destruição, seu transporte dependerá de autorização da Delesp ou CV.

Art. 136. A guia de autorização para o transporte de armas e munições será expedida pela Delesp ou CV, com o prazo de validade de até trinta dias.

§ 1º O transporte deverá ser efetuado em veículo da empresa e por sócio ou funcionário portando documento comprobatório do vínculo empregatício, sendo que as armas deverão estar desmuniçadas e acondicionadas separadamente das munições, bem como acompanhadas da respectiva guia.

§ 2º Quando se tratar de transferência de armas e munições entre estabelecimentos da empresa, a requerente deverá solicitar autorização à Delesp ou CV de origem, instruindo-o com documentação que justifique a necessidade operacional, conforme disposto no art. 117, procedendo-se o registro no SINARM após a expedição da guia.

§ 3º No caso do § 2º, o pedido será encaminhado à Delesp ou CV de destino, que elaborará parecer conclusivo a cerca da necessidade operacional do estabelecimento destinatário, restituindo o expediente à Delesp ou CV de origem, para a expedição da guia ou notificação do interessado do indeferimento do pedido.

§ 4º Os postos de serviço da empresa devem estar cadastrados no sistema informatizado do DPF, para poder ser expedida autorização para transporte de armas, munições e demais produtos controlados.

§ 5º As empresas especializadas e as possuidoras de serviço orgânico de segurança privada deverão emitir as guias de transporte de armas de fogo, armas não letais e respectivas munições exclusivamente via sistema eletrônico, excluídos os casos e hipóteses a serem estabelecidos pela CGCSP."

10.4.8. O transporte e manuseio de armas, munições e coletes é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

10.4.9. O art. 137 da Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012 traz informações importantes acerca da guarda de armas, munições e coletes de proteção balística, assim:

"Art. 137. As armas, munições, coletes de proteção balística e demais produtos controlados de propriedade das empresas especializadas e das que possuem serviço orgânico de segurança serão guardados em local seguro, em seu estabelecimento, de acesso restrito a pessoas estranhas ao serviço.

§1º Os equipamentos e até cinco armas de fogo que estejam sendo empregados na atividade de segurança privada poderão ser guardados em local seguro aprovado pela Delesp ou CV, no próprio posto de serviço, não podendo o tomador do serviço ter acesso ao material, cuja responsabilidade pela guarda cabe exclusivamente à empresa especializada.

§2º As empresas especializadas podem guardar em suas dependências viaturas, armas, munições e outros equipamentos de outras empresas, quando em trânsito regular decorrente das atividades de transporte de valores ou escolta armada, por até uma noite, desde que informado à Delesp ou CV da circunscrição, com pelo menos vinte e quatro horas de antecedência, pela empresa que guardará as armas e o que seu certificado de segurança esteja válido.

§3º Caso o posto de serviço seja estabelecimento financeiro poderão ser guardadas todas as armas empregadas na atividade de segurança privada no local, não se aplicando o limite de até cinco armas previsto no §1º .

§4º As armas de fogo e munições guardadas em postos de serviço, inclusive em estabelecimentos financeiros, deverão ser acondicionadas em cofre, caixa metálica ou outro recipiente resistente e que seja afixado ou de outro modo que não possa ser deslocado ou transportado com facilidade, desde que possuam cadeados ou fechaduras de chave ou senha, as quais ficarão em poder dos vigilantes ou da empresa de segurança privada.

§5º No caso dos postos de serviço localizados em estabelecimentos financeiros, a localização do compartimento de guarda das armas ficará restrito ao cofre-forte ou sala-forte da unidade bancária ou em área de acesso proibido ao público externo, a critério da empresa de vigilância ou da instituição financeira.

§6º Na hipótese de o compartimento de guarda de armas e munições puder ser deslocado ou transportado com facilidade, e a opção adotada for por mantê-lo fora do cofre-forte ou sala-forte, tal recipiente deverá ser obrigatoriamente afixado, tirando sua condição de mobilidade."

10.4.10. A fiscalização contratual deve ter conhecimento de todas as informações acima, com o intuito de que a empresa contratada para prestar serviços de vigilância à Secretaria de Estado de Fazenda desempenhe suas atribuições de acordo com os instrumentos legais, cumprindo as normas elaboradas para o desenvolvimento de suas atividades.

10.4.11. Os EPI's e outros equipamentos deverão ser substituídos, sem ônus para a Contratante sempre que necessário, seja por desgaste natural ou defeito, que impossibilite sua perfeita utilização, por extravio e por perda

da validade, ficando a Contratada responsável pela guarda dos mesmos.

10.4.12. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os seguintes materiais e equipamentos, promovendo sua substituição quando necessário:

10.4.12.1. Arma letal: Revólver calibre: .38; comprimento do cano de 5 à 6 Polegadas; capacidade de 6 à 7 tiros, com munição (12 ou 14 unidades) de uso e reserva. O revólver deverá ser novo ou seminovo. Troca da munição: a cada 24 meses. Uso compartilhado.

10.4.12.2. Colete balístico: Colete novo de primeiro uso, com proteção. Placa de validade de 5 anos. NÍVEL DE PROTEÇÃO: Nível de proteção II. Colete Multi-Ameaça para uso policial Nível II, confeccionado em material leve e flexível em tecido de Aramida, para proteção simultânea contra ataques de objetos e ou instrumentos pontiagudos. Troca da capa: obrigatoriamente a cada 12 meses, ou, antes de completado esse período, quando se identificar a necessidade (desgaste ou má apresentação). Uso compartilhado.

10.4.12.3. Cassetete tipo tonfa, confeccionado em PVC injetado de forma maciça, corpo único, e de alta absorção de impacto e resistência. O cassetete deverá ser novo ou seminovo em boas condições. Uso compartilhado

10.4.12.4. Apito Profissional em metal com bolinha, de material levíssimo. O apito deverá ser novo, de primeiro uso. Uso individual.

10.4.13. Durante o estado de calamidade pública causada pela pandemia do COVID-19 a Contratada deverá fornecer máscaras e álcool em gel 70% para os seus empregados.

11. DO PAGAMENTO:

11.1. O pagamento será efetuado mensalmente através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela Contratante.

11.2. O atraso na entrega dos documentos de cobrança implicará na prorrogação do vencimento, proporcionalmente aos dias de atraso.

11.3. A CONTRATADA deverá emitir os documentos fiscais, em valores mensais e totais, com os seguintes dados:

Dados da CONTRATANTE

Nome: ESTADO DE MINAS GERAIS / SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA / Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças, CNPJ: _____ e Endereço: _____

Dados da CONTRATADA

Banco: _____ Agência: _____ Número da conta: _____

11.4. Como comprovante de despesa será aceito o DANFE, ou documento que lhe faça as vezes, que, conferido com os dados da Nota Fiscal eletrônica (NF-e), será incluído no Sistema Eletrônico de Informações - SEI para ateste das condições satisfatórias para o serviço público estadual, por dois servidores responsáveis pelo recebimento do objeto.

11.5. A Contratada deverá emitir e apresentar o DANFE, ou documento que lhe faça as vezes, a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços, para conferência e ateste pela unidade executora, em até 03 (três) dias úteis, contados da data de sua apresentação.

11.6. A Nota Fiscal eletrônica (NF-e) e respectivo DANFE, ou documento que lhe faça as vezes, que apresentar incorreções será devolvida à Contratada para os devidos ajustes e o prazo para o pagamento passará a contar da data da reapresentação do documento fiscal considerado válido pela Contratante.

11.7. Para a emissão e apresentação do Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – DANFE, a Contratada deverá especificar o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN (Montante “E”), levando-se em conta a alíquota específica do município de Belo Horizonte.

11.8. Como condição necessária para o ateste dos documentos fiscais e para a autorização do pagamento, a Contratada encaminhará mensalmente à Contratante, juntamente com o Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – DANFE, preferencialmente de forma eletrônica, a seguinte documentação:

11.8.1. Planilhas de custos pormenorizadas, conforme especificado no Anexo II - Planilha de Custos.

11.8.2. Espelho da folha de pagamento dos empregados a serviço da Contratante, juntamente com a planilha de custo, contendo relação nominal de todos os prestadores de serviços e substitutos que prestaram serviços no período, identificando a carga horária e valores das parcelas salariais e encaminhando justificativas para eventuais distorções sob pena de devolução da mesma para correção e suspensão do pagamento das parcelas não comprovadas até a efetiva regularização.

11.8.3. Comprovante do recolhimento das contribuições sociais e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) incidentes sobre a remuneração dos segurados, incluída na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – DANFE e correspondente ao mês da última competência vencida até o 1º (primeiro) dia subsequente à data-limite para recolhimento da obrigação, sob pena de suspensão dos pagamentos.

11.8.4. Indicação do valor bruto sobre o qual incidiram tais recolhimentos.

11.8.5. Prova de quitação da folha de pagamento específica do contrato, paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, conforme relação contendo o nome do funcionário e o valor, emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente.

11.8.6. Cópia da Guia de Recolhimento do ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza quitada e autenticada pelo servidor responsável pelo pagamento ou, no caso de documento proveniente da internet, terá sua autenticidade certificada junto ao site do órgão emissor, vinculada ao Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – DANFE emitido contra a Contratante, fazendo constar, no mesmo, o número da Nota Fiscal Eletrônica que lhe deu origem e do contrato, exceto se houver, na legislação específica do município, exigência contrária na forma de recolhimento do imposto.

11.8.7. Comprovante de entrega dos benefícios previstos no contrato (vale transporte, cesta alimentação, *ticket* alimentação/refeição, vale refeição) relativos ao mês da prestação dos serviços.

11.9. A Contratante, nos termos do art. 31 da Lei nº. 8.212/91, com redação dada pela Lei nº. 11.933, de 2009, reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolherá, em nome da empresa cedente da mão de obra, a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, ou até o dia útil imediatamente anterior, se não houver expediente bancário naquele dia, observado o disposto no § 5º do art. 33 da referida lei.

11.10. A quitação mensal dependerá de criteriosa conferência, levando-se

em conta a efetiva prestação dos serviços, deduzindo-se as faltas, atrasos, férias ocorridas no período caso não ocorra a substituição do empregado pela Contratada, bem como o efetivo fornecimento de vale transporte, cesta alimentação, *ticket* alimentação/refeição, vale refeição, deduzido o valor descontado do empregado, após a conferência dos respectivos comprovantes, observada a alíquota de ISSQN relativa ao município de Belo Horizonte.

11.11. No caso de ausência do profissional, sem reposição ou se esta foi feita tardiamente, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas ou de minutos não atendidos, sem prejuízos das demais sanções legais e contratuais aplicáveis.

11.12. A partir do segundo mês da prestação dos serviços, os pagamentos somente serão efetuados após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma da lei e do Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – DANFE atestado por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93.

11.13. A não apresentação dos documentos pela Contratada, inclusive os relativos aos recolhimentos devidos, implicará na suspensão do pagamento, até a devida comprovação, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.

11.14. Será liberado o pagamento da fatura somente após a conferência dos comprovantes mencionados no subitem 11.8.

11.15. Os primeiros documentos fiscais deverão ser emitidos proporcionalmente ao número de dias de serviços efetivamente prestados no mês anterior.

11.16. No caso de providências complementares por parte da Contratada, o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que houver o cumprimento definitivo da ocorrência, não sendo devida nesses casos atualização financeira.

11.17. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

12. DO CONTRATO:

12.1. Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, de acordo com os art. 62, da Lei 8.666/93 e art. 4º, XXI, da Lei 10.520/2002.

12.2. O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação de seu extrato no Diário de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, podendo ser prorrogado por idêntico período, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante celebração de termos aditivos, conforme dispõe o art. 57, II da Lei nº 8.666/93.

13. DO REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

13.1. O preço dos serviços poderá ser reajustado e/ou repactuado mediante Termo Aditivo ou Termo de Apostila, conforme o caso, da seguinte forma:

13.1.1. A Remuneração (Montante “A”) poderá ser reajustada no primeiro ano de vigência contratual se ocorrer alteração no salário da categoria, mediante apresentação de cópia autenticada da Convenção Coletiva de Trabalho, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; ou Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa, devidamente homologada pela Justiça do Trabalho, hipótese em que serão alterados os valores nominais dos encargos sociais/trabalhistas (Montante “B”), mantidos seus percentuais.

13.1.2. Uma vez reajustados os salários (Montante “A”) e alterados os valores nominais dos encargos sociais trabalhistas (Montante “B”), conforme estabelecido no tópico acima, o contrato poderá ser reajustado, no que concerne aos montantes “A” e “B”, quando ocorrer nova Convenção Coletiva de Trabalho registrada pelo MTE, Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa homologada pela Justiça do Trabalho, desde que observada a periodicidade de 12 meses de que trata a Lei 9.069/95, respeitado o piso salarial concedido à categoria.

13.1.3. A parte relativa aos insumos (Montante “C”), com exceção dos itens “Assistência Médica / Odontológica”, “Treinamento / Capacitação / Reciclagem”, “Contribuição Assistencial Patronal”, cesta alimentação, *ticket* alimentação/refeição, vale refeição, e “Vale Transporte” somente poderá ser reajustada a cada 12 (doze) meses de vigência do contrato, mediante concordância das partes, com base no IPCA, e não incidirá sobre os reajustes ou alterações de salários da categoria.

13.1.4. A parte relativa aos itens “Assistência Médica/Odontológica”, “Treinamento/Capacitação/ Reciclagem”, “Contribuição Assistencial Patronal”, “Cesta Alimentação”, “*Ticket* Alimentação/Refeição”, “Vale Refeição” somente poderá ser reajustada quando ocorrer alteração desses valores mediante apresentação de cópia autenticada da Convenção Coletiva de Trabalho registrada no MTE, Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa, devidamente homologada pela Justiça do Trabalho.

13.1.5. O aumento do valor do vale-transporte deverá ser comprovado pela Contratada, mediante demonstrativo do cálculo e exibição da norma legal respectiva, para aprovação da Contratante.

13.1.6. A parte relativa aos custos administrativo-operacionais e lucro (Montante “D”) somente poderá ser reajustada a cada 12 (doze) meses de vigência do contrato, mediante concordância das partes, pleiteado pela Contratada e aprovado pela Contratante, de acordo com a minuta do contrato. O reajuste será limitado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo, conforme disposto na Resolução Conjunta SEF/SEPLAG Nº 8.898, de 14 de junho de 2013.

13.1.7. O Montante “D” é um valor nominal e não incidirá sobre os reajustes ou alterações de salários da categoria.

13.2. O aumento do valor dos tributos que incidam sobre o faturamento mensal da empresa, bem como a alteração, instituição e extinção de tributos ou encargos ocorridos após a apresentação da proposta, que repercutam nos preços contratados, deverão ser comprovados pela Contratada, mediante demonstrativo do cálculo e exibição da norma legal respectiva, para aprovação pela Contratante, após parecer da Assessoria Jurídica/SEF.

13.3. Incumbirá à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste, a ser aprovado pela Contratante, juntando-se à discriminação dos serviços prestados, a memória de cálculo de reajuste/repactuação e as planilhas analíticas de custos atualizadas. Caberá, também, à Contratada apresentar os demais documentos comprobatórios do aumento salarial concedido à categoria funcional, ou seja, Convenção Coletiva de Trabalho, dissídio coletivo ou sentença normativa, para elaboração da Apostila, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do registro/homologação, sob pena de não fazer jus à repactuação com efeitos retroativos, tornando-se a única e exclusiva responsável pelos prejuízos decorrentes da não apresentação desses documentos tempestivamente.

13.4. Se, no momento de eventual prorrogação contratual ainda não

houver Convenção Coletiva de Trabalho, Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa, caberá à Contratada ressaltar seu direito à repactuação, cujos efeitos poderão retroagir à data-base de novo acordo coletivo que alterar o salário da categoria profissional, observados os procedimentos estabelecidos no subitem anterior.

14. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA:

14.1. Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, será designado pela autoridade competente, agente para acompanhar e fiscalizar o contrato, como representante da Administração.

14.2. Serão designados os Fiscais de contrato mediante ordem de serviço a ser editada após a publicação do instrumento contratual, aos quais caberá fiscalizar e acompanhar a execução contratual, bem como fazer cumprir as condições descritas neste Termo de Referência, seu Anexo e no Contrato.

14.3. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à Contratada, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

14.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

14.5. A CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

14.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial de contrato, que possibilite a aplicação das sanções previstas neste instrumento, deverão ser observadas as disposições do art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012.

14.7. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da Contratante para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº.8.666/93.

14.8. Caberá ao gestor os controles administrativos e financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

14.9. Não obstante o fornecedor seja o único e exclusivo responsável pela execução de todos os serviços, à Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por terceiros designados, podendo para isso:

14.9.1. Solicitar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário do fornecedor que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

14.9.2. Examinar as Carteiras Profissionais dos funcionários colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional, bem como observar o cumprimento dos seus respectivos direitos trabalhistas e originalidade quanto aos demais recolhimentos;

14.9.3. Interromper qualquer atividade exercida por empregado do fornecedor que ofereça perigo iminente a esse ou a terceiros, devendo comunicar o fato, imediatamente e por escrito, ao preposto do fornecedor;

14.9.4. Fiscalizar o uso dos equipamentos de proteção individual.

14.10. Os fiscais do contrato, designados pela Contratante, poderão exigir do fornecedor, a qualquer momento, e deverão ser atendidos em até 3 (três) dias úteis, os seguintes documentos:

- 14.10.1. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- 14.10.2. aviso de concessão de férias;
- 14.10.3. recibo de pagamento de férias;
- 14.10.4. recibo de pagamento de abono pecuniário;
- 14.10.5. recibos de salários e 13º salário;
- 14.10.6. recibos de Vale transportes, cesta alimentação, *ticket* alimentação/refeição, vale refeição;
- 14.10.7. atualização de endereço e requisição de Vale-Transporte;
- 14.10.8. contribuição sindical;
- 14.10.9. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS);
- 14.10.10. atestados e justificativas;
- 14.10.11. documentos de salário-família;
- 14.10.12. Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT), com homologação;
- 14.10.13. Guia Rescisória de FGTS e Contribuições sociais (GRFC)/Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS (GRRF);
- 14.10.14. Aviso prévio e pedido de demissão;
- 14.10.15. Comunicação de Dispensa (CD) e requerimento de Seguro-Desemprego (SD);
- 14.10.16. cópias de cartões e/ou folhas de ponto dos respectivos empregados a seu serviço;
- 14.10.17. cópias dos documentos-base do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional);
- 14.10.18. comprovante de fornecimento de EPI's e de treinamento do seu uso;
- 14.10.19. Atestados de Saúde Ocupacional (ASO's) e qualquer outro documento que comprove o atendimento às Normas Regulamentadoras aplicáveis às atividades exercidas.

14.11. A Contratante poderá utilizar pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços prestados pela Contratada, para fins de avaliar o cumprimento das cláusulas contratuais.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa referente ao presente exercício será acobertada pela dotação orçamentária nº 1191 04 122 705 2500 0001 3390 3702, fontes 10.1 e 29.1, consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 23.751, de 30/12/2020, aprovada para o exercício de 2021, e quanto aos exercícios subsequentes pelas dotações próprias que forem fixadas no respectivo orçamento. **Conforme política adotada na gestão orçamentária, os recursos orçamentários são liberados mensalmente para as Unidades Executoras.**

16. DAS GARANTIAS:

16.1. GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO:

16.1.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

16.1.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contados da assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

16.1.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de três décimos por cento por dia (0,3%), até o trigésimo dia de atraso, do valor total do contrato.

16.1.2.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

16.1.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

16.1.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

16.1.3.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

16.1.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

16.1.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

16.1.4. No caso de seguro garantia, deverá constar cláusula de cancelamento do mesmo somente com a anuência da Contratante. Uma cópia autenticada da apólice deverá ser encaminhada à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças – SPGF/DPOF.

16.1.5. Se a modalidade escolhida for a caução em dinheiro, esta deverá ser recolhida pela Contratada junto ao Tesouro do Estado de Minas Gerais, por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), e, quando da devolução, após a execução do contrato, será atualizada monetariamente de acordo com a variação “pro-rata-tempore” do IPCA.

16.1.6. A CONTRATADA deverá apresentar o comprovante de depósito bancário à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças – SPGF/DPOF.

16.1.7. Se a opção recair por fiança bancária, deverá constar do documento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil.

16.1.8. A garantia prestada pela Contratada deverá garantir a continuidade do serviço contratado, bem como as obrigações assumidas pela mesma, durante todo o período de vigência do contrato, devendo ser renovada se houver prorrogação.

16.1.9. A garantia será liberada ou restituída após três meses da execução do contrato, quando as obrigações forem consideradas cumpridas em todos os termos do contrato e aditivos, caso ocorram. Considerar-se-á executado o contrato quando da emissão de declaração pela Contratante de que a prestação dos serviços encerrou-se de maneira satisfatória, o que deverá ocorrer após o término da vigência contratual e comprovação pela Contratada do recolhimento de todos os tributos e encargos trabalhistas.

16.1.10. A liberação da caução em dinheiro ou carta de fiança bancária somente ocorrerá após expressa autorização da Contratante.

16.1.11. É facultado à Contratada, no curso da execução do contrato,

substituir a modalidade de garantia por outra, dentre as previstas nesta cláusula, mediante autorização expressa da Contratante.

17. DA VISTORIA TÉCNICA:

17.1. Fica facultado aos interessados visitar o local e imóvel onde serão prestados os serviços.

17.2. A visita técnica será realizada nos dias úteis, no horário de 09:00 h. às 16:00 h., na Rua Porto 450 - Bairro São Francisco, Belo Horizonte, mediante agendamento prévio, com os servidores públicos Luiz Sérgio Custódio - e-mail: luiz.sergio.custodio@fazenda.mg.gov.br e Fábio Martins Hayashi - e-mail: fabio.hayashi@fazenda.mg.gov.br.

17.3. Os interessados em visitar os locais deverão entrar em contato previamente com os responsáveis acima mencionados, para agendar o dia e o horário em que realizará a visita, devendo executá-la somente acompanhado pelo servidor responsável ou indicado pela unidade administrativa.

17.4. A visita técnica deverá ser agendada até 02 (dois) dias antes da sessão, sendo vedada a visita de mais de um licitante no mesmo momento.

17.5. Mesmo não havendo visita, a proposta vincula o respectivo fornecedor, ficando claro que não será aceito, sob nenhuma hipótese, a alegação posterior de desconhecimento das circunstâncias em que deverão ser executados os serviços ora licitados, ou de forma a desobrigar a sua execução, sob pena de aplicação das penalidades legais por inexecução ou descumprimento do contrato.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação. Em virtude da natureza do objeto, a empresa a ser contratada deverá comprovar capacidade para a execução deste por meios próprios e de acordo com as suas finalidades institucionais.

19. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

19.1. DA CONTRATADA:

19.1.1. Prestar os serviços nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento.

19.1.2. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao CONTRATANTE para ateste e pagamento.

19.1.3. Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.

19.1.4. Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos serviços empregados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato.

19.1.5. Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.

19.1.6. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, responsabilizando-se por eventual transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais necessários a prestação, se houver.

19.1.7. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

19.1.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Estado ou à entidade estadual, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a

descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

19.1.9. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados na prestação dos serviços, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

19.1.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência.

19.1.11. Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência.

19.1.12. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.1.13. Indicar preposto que o representará perante a Contratante, com as seguintes atribuições:

19.1.13.1. supervisionar a execução dos serviços;

19.1.13.2. orientar os prestadores de serviços sobre diretrizes básicas de segurança do trabalho delineadas pela Contratada, com o objetivo de preservar a integridade do elemento humano e o patrimônio das partes contratadas, assegurando a continuidade das atividades;

19.1.13.3. inteirar-se com os fiscais do contrato, designados pela Contratante, das reclamações e necessidades, participando de reuniões de acompanhamento do contrato.

19.1.14. Manter equipe de fiscalização e supervisão mensal da qualidade dos serviços, cabendo-lhes a supervisão e responsabilização pela execução dos serviços, e ainda, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços, e verificando o cumprimento de todas as tarefas.

19.1.15. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, mantendo na prestação dos serviços ora contratados, pessoal especializado, maior de 18 (dezoito) anos, não podendo, em hipótese nenhuma ceder ou subcontratar os serviços a terceiros.

19.1.16. Selecionar seus empregados, de maneira que se apresentem permanentemente com boa conduta e capacitação, para bem desempenhar as atividades inerentes à execução dos serviços e com carteiras de trabalho devidamente regularizadas.

19.1.17. Recrutar, preparar e qualificar periodicamente seus empregados, com assunção de sua inteira e exclusiva responsabilidade sem quaisquer ônus para a Contratante.

19.1.18. Empregar na execução dos serviços pessoal apto e qualificado para o desempenho das funções, com exames médicos periódicos atualizados.

19.1.19. Credenciar junto à Contratante, para fins de identificação, todo o seu pessoal designado para a prestação dos serviços, sob pena de não lhe ser permitido o acesso às instalações da Contratante, descredenciando imediatamente perante a Contratante o empregado que for desligado para a prestação dos serviços ora contratados.

19.1.20. Manter disciplina nos locais dos serviços, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, após notificação, qualquer empregado cuja conduta seja considerada inconveniente, devendo para

tanto, dispor de cadastro de pessoal qualificado para proceder à substituição de profissional.

19.1.21. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-o através de crachá com fotografia recente e provendo-o dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, necessários e de excelente qualidade, consoante especificações e determinações recomendadas pelos órgãos técnicos competentes, responsabilizando-se integralmente pela supervisão de sua correta utilização por seus empregados.

19.1.22. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento aos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seu preposto, inclusive para atendimento em casos de emergência.

19.1.23. Assegurar os seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, apresentando a apólice de seguro, sempre que solicitado pela Contratante.

19.1.24. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante, diligenciando para que todos cumpram as normas internas relativas à segurança das unidades onde serão executados os serviços.

19.1.25. Providenciar a imediata substituição do empregado ausente, sem interrupção e independente de qualquer motivo, como férias, licença, falta ao serviço, mantendo o quadro de pessoal completo, sem ônus adicional à Contratante, e atender aos requisitos exigidos, no prazo máximo de uma 01 (uma) hora após o início da respectiva ausência, de forma a evitar o decréscimo no quantitativo profissional disponibilizado para a prestação dos serviços.

19.1.26. A Contratante reserva-se o direito de não solicitar a substituição do profissional (cobertura) e, nessa hipótese, as horas serão deduzidas da fatura.

19.1.27. No caso de ausência do profissional, sem reposição ou feita tardiamente, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas não atendidas, sem prejuízos das demais sanções legais e contratuais aplicáveis.

19.1.28. Apresentar aos fiscais do contrato, designados pela Contratante, relatório técnico mensal das atividades realizadas, constando relações nominais de licenças, faltas e substituições se houver, bem assim escala nominal de férias dos empregados e seus respectivos substitutos.

19.1.29. Fornecer aos seus empregados conjunto completo de uniformes, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

19.1.30. Fornecer aos seus empregados apenas o quantitativo de vales transporte necessário ao seu deslocamento residência-trabalho e vice-versa, devendo averiguar a veracidade da declaração fornecida pelo seu empregado, nos termos do artigo 7º do Decreto 95.247/87.

19.1.31. Fornecer aos seus empregados, quando devido, cesta alimentação, *ticket* alimentação/refeição, vale refeição, de acordo com o estipulado na Convenção Coletiva de Trabalho relativa ao local da prestação dos serviços.

19.1.32. Fornecer EPI's aos seus empregados, os quais deverão ser adequados e dimensionados pela Contratada, em observância às normas legais de segurança e proteção aplicáveis.

19.1.33. Responsabilizar-se pelo exato cumprimento de todas as obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, ficando claro inexistir entre seus empregados e a Contratante vínculo empregatício ou de qualquer outra natureza, razão pela qual correrão por conta exclusiva da Contratada todos os ônus

decorrentes de rescisões de contratos de trabalho e atos de subordinação de seu pessoal.

19.1.34. Zelar pela disciplina de seus empregados, aos quais é vedado praticar qualquer tipo de jogo; praticar qualquer tipo de comércio (venda); vender rifas ou bilhetes; circulares pedidos ou manifestos; consumir ou guardar bebidas alcoólicas nas dependências da Contratante; permanecer nas dependências da Contratante fora dos horários em que prestam serviços, utilizar ou colocar em funcionamento máquinas e aparelhos bem como materiais de consumo da Contratante, abrir armários, gavetas, invólucros de qualquer espécie, sem a autorização prévia do chefe da repartição competente.

19.1.35. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência. Os materiais ficam, ainda, sujeitos às mesmas exigências e condições referentes ao registro, industrialização, entrega ao consumo e fiscalização das entidades governamentais.

19.1.36. Cumprir e fazer cumprir, por seus empregados, normas e regulamentos disciplinares da Contratante, além dos postulados de âmbito federal, estadual e municipal.

19.1.37. Comunicar à Contratante, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificados no curso da execução contratual, seja de ordem pessoal ou de ordem material.

19.1.38. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente todas as reclamações.

19.1.39. Fornecer à Contratante sempre que solicitada, a folha de pagamento da Contratada com a respectiva composição salarial de cada categoria profissional, bem como os comprovantes dos encargos sociais incidentes, sempre atualizados.

19.1.40. Pagar até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencimento, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, recolhendo no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos.

19.1.41. O atraso no pagamento de fatura por parte da Contratante, decorrente de circunstâncias diversas, não exime à Contratada de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentares.

19.1.42. Apresentar mensalmente à Contratante, juntamente com os documentos fiscais, além da respectiva planilha de custos, os comprovantes dos recolhimentos dos encargos sociais, acompanhados dos originais para conferência ou devidamente autenticados, relativos ao mês da última competência vencida, referentes à força de trabalho alocada às atividades objeto desta contratação.

19.1.43. A Contratada responderá por danos ou desaparecimento de bens materiais, que venham a ser causados por seus empregados ou prepostos, a terceiros ou à própria Contratante, desde que fique comprovada a responsabilidade, advinda de imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, ainda que de forma involuntária, devendo adotar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as providências determinadas pela Contratante, necessárias ao ressarcimento ou à reposição, conforme o caso, sem prejuízo de demais sanções.

19.1.44. A Contratada promoverá a reparação, a correção, a remoção, reconstrução ou substituição às suas expensas, no total ou em parte, dos serviços efetuados nos quais sejam constados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução, no prazo máximo de 72 (setenta

e duas) horas úteis.

19.1.45. Assegurar à Contratante o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.

19.1.46. A Contratada deverá apresentar de programa de prevenção de acidentes de trabalho, nos termos da legislação aplicável, de acordo com o artigo 9º do Decreto Estadual nº 46.559/2014.

19.2. DA CONTRATANTE:

19.2.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

19.2.2. Realizar o pagamento à Contratada pelos valores efetivamente comprovados na execução dos serviços prestados, nos prazos estabelecidos no contrato.

19.2.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta

19.2.4. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta comercial da Contratada.

19.2.5. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

19.2.6. Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a Contratada regularizar as falhas observadas.

19.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

19.2.8. Aplicar à Contratada as sanções regulamentares.

19.2.9. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

19.2.10. Disponibilizar local adequado para a prestação do serviço.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, e no Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.1.1. advertência por escrito;

20.1.2. multa de até:

20.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

20.1.2.2. 10 % (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia financeira de execução exigida ou por ocasião da prorrogação;

20.1.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entregue objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou,

ainda fora das especificações contratadas;

20.1.2.4. 2 % (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

20.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

20.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da lei 10.520, de 2002;

20.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

20.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 20.1.1, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5.

20.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo INFRATOR e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

20.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei 8.666, de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 2002.

20.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

20.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

20.7. As sanções relacionadas nos itens 20.1.3, 20.1.4 e 20.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual -CAFIMP e no Cadastro Geral de Fornecedores no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo de Minas Gerais - CAGEF.

20.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

20.8.1. Retardarem a execução do objeto;

20.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

20.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

20.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e

decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização –PAR.

21. DO DETALHAMENTO PARA A FORMAÇÃO DOS CUSTOS

21.1. Montante “A” (salários) deverá ser cotado da seguinte forma:

21.1.1. Os salários deverão ser no mínimo, o piso salarial estipulado nas Convenção Coletivas de Trabalho das categorias profissionais a serem contratadas.

21.1.2. Em hipótese alguma deverão ser realizadas horas extras e adequação da jornada de trabalho, porquanto não será objeto de indenização pela SEF/MG.

21.2. Montante “B” (Encargos Sociais/Trabalhistas) deverá ser cotado da seguinte forma:

21.2.1. Com os índices estabelecidos na Planilha de Custos, devendo ter por somatório **74,94%** (setenta e quatro inteiros e noventa e quatro centésimos por cento).

21.2.2. O valor referente ao item 5 do Montante “B” (Riscos Ambientais do Trabalho – RAT) deverá ser de 3% (três por cento) para todos os fornecedores participantes.

21.2.3. As alíquotas do Montante "B" não podem ser alteradas pelos licitantes.

21.2.4. Os encargos sociais e trabalhistas e respectivos índices que porventura sofrerem quaisquer alterações por imposição legal, não contida no Anexo e que venham a ser instituído por Lei, deverão ser apresentados em separado, ficando o fornecedor obrigado a apresentar documentos comprobatórios de recolhimento referentes aos 03 (três) últimos meses do fato gerador e texto legal referente à alteração.

21.3. Montante “C” (Insumos de mão de obra e diversos) deverá ser cotado da seguinte forma:

21.3.1. Uniformes

21.3.1.1. Constar o custo de acordo com as exigências do item 10.3 deste Termo de Referência, no qual consta a especificação dos uniformes.

21.3.2. Seguro de Vida em Grupo

21.3.2.1. Constar o Seguro de Vida, de acordo com o estabelecido na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho.

21.3.3. PAF / Assistência Médica / Odontológica

21.3.3.1. Constar o custo relativo ao Programa de Assistência Familiar / Assistência Médica / Odontológica, de acordo com o estabelecido na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho.

21.3.4. PQM / Treinamento / Capacitação / Reciclagem

21.3.4.1. Constar o custo relativo ao Programa de Qualificação Profissional e Marketing / Treinamento / Capacitação / Reciclagem dos empregados que irão prestar os serviços, de acordo com o estabelecido na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho.

21.3.5. Contribuição Assistencial Patronal

21.3.5.1. Constar o custo relativo à Contribuição Assistencial Patronal dos empregados que irão prestar os serviços, de acordo com o estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho.

21.3.6. EPI

21.3.6.1. Constar o custo unitário relativo ao fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's que deverão ser colocados à

disposição dos empregados que irão prestar os serviços.

21.3.7. Cesta Alimentação

21.3.7.1. Os valores deverão ser cotados rigorosamente de acordo com o estipulado na Planilha de Custos, sob pena de desclassificação da proposta.

21.3.8. Ticket Alimentação / Refeição

21.3.8.1. Os valores deverão ser cotados de acordo com o valor estipulado pela Administração Pública, sob pena de desclassificação da proposta. O pagamento dessa despesa ocorrerá por ressarcimento.

21.3.9. Vale Transporte

21.3.9.1. Os valores deverão ser cotados de acordo com o valor estipulado pela Administração Pública, sob pena de desclassificação da proposta. O pagamento dessa despesa ocorrerá por ressarcimento.

21.3.10. Armas e munições

21.3.10.1. Constar o custo de acordo com as exigências do item 10.4.12. deste Termo de Referência.

21.4. Montante “D” (Demais componentes) deverá ser cotado da seguinte forma:

21.4.1. O Custo total para o Montante “D”, incluindo as Despesas Administrativo/Operacionais e o Lucro, deverá ser ofertado obedecendo-se ao limite máximo de 7% (sete por cento), a incidir exclusivamente sobre o Montante “A” (salários), devendo ser especificado o percentual referente a cada item, e será convertido em valor nominal para fins de celebração do contrato.

21.4.2. O referido limite foi fixado na Deliberação COFIN nº 03, de 15/05/2020, em 16/05/2020, estabelecendo que a taxa de administração dos contratos de prestação de serviços de mão de obra terceirizada no âmbito do Poder Executivo Estadual deverá ser limitada em 7%.

21.4.3. O Montante “D” (Despesas Administrativo/Operacionais e Lucro) será calculado exclusivamente sobre o Montante “A”, relativo aos valores correspondentes aos salários do pessoal que prestará os serviços, e não incidirá sobre reajustes concedidos, ainda que por força de Lei, acordos, ou dissídios coletivos das categorias, e corresponderá aos valores nominais estipulados em planilhas, não sendo representados por percentual.

21.4.4. Nas hipóteses de acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, o Custo para o Montante “D” (Despesas Administrativo/Operacionais e Lucro) será alterado proporcionalmente à alteração efetivada no Montante “A”.

21.4.5. O licitante deverá preencher os percentuais na aba “Montante D”.

21.5. Montante “E” (Impostos) deverá ser cotado da seguinte forma:

21.5.1. Os Impostos deverão ser cotados conforme legislação vigente, devendo ser discriminado o percentual referente a cada imposto.

21.5.2. A alíquota do imposto relativo ao ISSQN deverá ser cotada conforme legislação tributária do município onde serão prestados os serviços.

21.5.3. Relativamente aos tributos, o licitante deve elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato.

21.5.4. Não deverão incidir sobre os valores da proposta de preço IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o

Lucro Líquido), conforme preceitua o Acórdão 950/07 do Tribunal de Contas da União.

21.5.5. A Incidência Tributária sobre o Faturamento deverá seguir o seguinte cálculo:

$$ITF = \left\{ \left[\frac{\text{Faturamento}}{100} \right] - 1 \right\} \times 100$$
$$100 - (\text{COFINS} + \text{PIS} + \text{ISSQN})$$

22. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO DE REFERÊNCIA

22.1. Nos termos do art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993, passa-se a demonstrar a composição de todos os custos unitários e global da presente aquisição, que serviram de fundamento para a confecção do Anexo II - Planilha de Custos, constante da planilha Excel disponibilizada juntamente com o edital.

22.2. Calcula-se o custo total estimado desta contratação em R\$ 327.984,94 (trezentos e vinte e sete mil, novecentos e oitenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), conforme quadro demonstrativo de preços mensal e global, referenciado abaixo:

REFERÊNCIA	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL	OBSERVAÇÃO
Montante "A" (Remuneração)	R\$ 11.498,20	R\$ 137.978,41	Os salários a serem cotados na licitação deverão ser, no mínimo, o piso salarial estipulado nas respectiva Convenção Coletiva de Trabalho
Montante "B" (encargos sociais)	R\$ 8.617,29	R\$ 103.407,48	Com os índices estabelecidos na Planilha Custos, devendo ter por somatório 74,94% (setenta e quatro inteiros e noventa e quatro centésimos por cento)
Montante "C" (Insumos)	R\$ 4.047,48	R\$ 48.569,87	Considerou-se o custo médio obtido na pesquisa de preços relativo ao Montante "C" (Insumos)
Montante "D" (Demais componentes)	R\$ 804,87	R\$ 9.658,48	O Montante "D" será limitado em 7% sobre o Montante "A" (salários). Portanto para a apuração do preço de referência considerou-se o limite 7% sobre o Montante "A".
MONTANTE "E" (Imposto)	R\$ 2.364,22	R\$ 28.370,70	Incluem neste montante os seguintes impostos: COFINS, PIS e ISSQN. O valor apresentado de foi estimado levando-se em conta a Incidência Tributária sobre o Faturamento - ITF, conforme legislação vigente: $ITF = \left\{ \left[\frac{\text{Faturamento}}{100} \right] - 1 \right\} \times 100$ $100 - (\text{COFINS} + \text{PIS} + \text{ISSQN})$
VALOR TOTAL	R\$ 27.332,07	R\$ 327.984,94	VALOR DE REFERÊNCIA Somatório dos Montantes "A", "B", "C" "D" e "E".

ERICH FERNANDO DE ARAÚJO SILVA

Diretor de Bens e Serviços Fazendários/SPGF



Documento assinado eletronicamente por **Erich Fernando de Araujo Silva, Diretor**, em 03/05/2021, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27453632** e o código CRC **FC34C891**.

Referência: Processo nº 1190.01.0009273/2020-17

SEI nº 27453632



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de Aquisições

Versão v.20.09.2020.

ANEXOS

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1191001 - 10/2021

(preenchida em papel timbrado da proponente)

DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA				PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE			
Razão Social							
CNPJ							
Endereço							
Telefone							
Endereço Eletrônico							
Nome do Representante Legal							
CPF do Representante Legal							

Lote	Item	Código do item no SIAD	Quantidade	Unidade de aquisição	Descrição do item CATMAS	Valor Total Mensal Estimado (R\$)	Valor Total Anual Estimado (R\$)
Único	1	000004634	1	1,00	Serviços de vigilância armada		

VALOR GLOBAL: R\$ ()

Prazo de Validade da Proposta	
Local de Entrega	
DADOS BANCÁRIOS	
Banco	
Agência	
Conta	

Declaro que serão atendidas todas as condições comerciais estabelecidas no Anexo I do Edital.

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto a ser contratado na presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.

Declaro que esta proposta foi elaborada de forma independente.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

OBSERVAÇÃO:

Juntamente com a Proposta Comercial, Anexo III, deverá ser apresentada a Planilha Excel disponibilizada com o edital no Portal de Compras/MG, devendo o Anexo II (Planilha Custos Global) estar devidamente preenchido.



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 12/03/2021, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25454501** e o código CRC **7EBD07B0**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Fazenda

Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de Aquisições

Anexo nº Disponibilização do Anexo II/SEF/SPGF-DAC-AQUISIÇÕES/2021

PROCESSO Nº 1190.01.0009273/2020-17

O arquivo que contém o Anexo II (Planilha Custos Global) consta da Planilha Excel disponibilizada juntamente com o Edital do Pregão Eletrônico n.º 1191001 - 10/2021 no Portal de Compras/MG.



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 12/03/2021, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25453797** e o código CRC **1EEBB75D**.

Referência: Processo nº 1190.01.0009273/2020-17

SEI nº 25453797



ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
Diretoria de Aquisições e Contratos/Divisão de
Aquisições

Versão v.20.09.2020.

SEF/SPGF-DAC-AQUISIÇÕES

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2021.

ANEXO IV - SUGESTÕES DE MODELOS DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE MENORES

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, a inexistência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 13 DE
DECRETO ESTADUAL Nº 47.437, de 2018**

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos legais para sua categorização como _____, estando no rol descrito no item 5.3 deste edital, não havendo quaisquer impedimentos que a impeça de usufruir do tratamento favorecido diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de

junho de 2018.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que está ciente das condições contidas neste edital e seus anexos.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Em cumprimento à possibilidade facultativa descrita no Edital do **Pregão Eletrônico**

nº 1191001 - 10/2021, Processo nº 1191001 - 10/2021, declaro que o Sr. _____, CPF _____, devidamente credenciado pela empresa _____, CNPJ: _____, compareceu e vistoriou irrestritamente os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço, e tomou plena ciência das condições locais e das dificuldades existentes, bem como de todas as informações e elementos técnicos, necessários à execução dos serviços a serem licitados.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Data e local.

Assinatura

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Em cumprimento à possibilidade facultativa descrita no Edital do **Pregão Eletrônico nº 1191001 - 10/2021, Processo nº 1191001 - 10/2021**, a _____, CNPJ nº _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que opta pela não realização de visita técnica, considerando a descrição do serviço contida no Termo de Referência, Anexo do Edital.

Declara e assume inteiramente a responsabilidade e consequências por essa omissão, se compromete a não alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste pregão.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Data e local.

Assinatura



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 12/03/2021, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25455049** e o código CRC **97EB1063**.

Referência: Processo nº 1190.01.0009273/2020-17

SEI nº 25455049



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Rodovia Papa João Paulo II, 4001 - Edifício Gerais - Bairro Serra Verde / Belo Horizonte - CEP 31630-901

Versão v.20.09.2020.

Processo nº 1190.01.0009273/2020-17

ANEXO V

TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEF/MG E A EMPRESA [INSERIR NOME DA EMPRESA], NA FORMA ABAIXO:

O Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, com sede na Cidade Administrativa Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.001, Prédio Gerais - 6º Andar, Lado par - Bairro Serra Verde, na cidade de Belo Horizonte/Estado de Minas Gerais, CEP 31630-901, endereço de correio eletrônico: spgfgab@fazenda.mg.gov.br, inscrita no CNPJ sob o nº 16.907.746/0001-13, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Sra. Blenda Rosa Pereira Couto, inscrita no CPF sob o nº 16.907.746/0001-13, Resolução de competência nº 3.597, de 03/12/2004 e a empresa [inserir nome da empresa], endereço de correio eletrônico [inserir e-mail], inscrito(a) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ - sob o número [inserir nº do CNPJ], com sede na [inserir nome da cidade sede da empresa], neste ato representada pelo Sr(a). [inserir nome do representante da contratada], inscrito(a) no CPF nº [inserir nº do CPF], doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 1191001 - 10/2021**, que será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 48.012/2020, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993, com suas alterações posteriores, aplicando-se ainda, no que couber, as

demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços contínuos de vigilância armada, nas dependências e instalações da Secretaria de Estado de Fazenda, compreendendo o fornecimento de mão-de-obra, de uniformes e de equipamentos adequados à execução dos trabalhos, para suprir as necessidades deste órgão, na cidade de Belo Horizonte/MG, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I, também o que estabelecem os Anexos II, III, IV, V e inclusive Planilha de Custos Excel, do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão nº 1191001-010/2021 e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência do Edital, inclusive no tocante a prazos e horários e na forma do Anexo II - Planilha Custos Global, que está compactado na planilha de excel.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

3.1. Este contrato tem vigência por 12 (doze) meses, a partir da publicação do seu extrato no órgão oficial de imprensa, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/93, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

3.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

3.1.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

3.1.3. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

3.1.4. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3.1.5. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

3.1.5.1. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.1.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

4. CLÁUSULA QUARTA - PREÇO

4.1. O preço mensal dos serviços efetivamente prestados será de R\$ _____ (_____), que corresponderá à soma do Montante "A" (Remuneração), Montante "B" (Encargos Sociais e Trabalhistas), Montante "C" (Insumos), Montante "D" (Demais Componentes), Montante "E" (Impostos), conforme especificado no Anexo II (Planilha Custos Global), constante da Planilha Excel do Pregão Eletrônico nº. 1191001-010/2021.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos,

encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente realizados.

4.4. Os valores relativos às despesas administrativo/operacionais e lucro, relacionadas no Montante "D" serão calculados somente sobre o Montante "A", relativo aos valores correspondentes aos salários do pessoal que prestará os serviços, e não incidirá sobre os reajustes concedidos, ainda que por força de Lei, acordos, ou dissídio coletivo da categoria, e corresponderá aos valores nominais estipulados no Anexo II do edital, não sendo representado por percentual.

4.5. Nas hipóteses de acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, o Montante "D" (Demais Componentes) poderá ser alterado proporcionalmente.

5. CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. A despesa referente ao presente exercício será acobertada pela dotação orçamentária nº 1191 04 122 705 2500 0001 3390 3702, fontes 10.1 e 29.1, consignada na Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 23.751, de 30/12/2020, aprovada para o exercício de 2021, e quanto aos exercícios subsequentes pelas dotações próprias que forem fixadas no respectivo orçamento. Conforme política adotada na gestão orçamentária, os recursos orçamentários são liberados mensalmente para as Unidades Executoras.

6. CLÁUSULA SEXTA - VALOR ESTIMADO

6.1. Para efeitos legais, estima-se o valor anual deste Contrato em R\$ _____ (_____).

7. CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado mensalmente através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela Contratante.

7.2. O atraso na entrega dos documentos de cobrança implicará na prorrogação do vencimento, proporcionalmente aos dias de atraso.

7.3. A CONTRATADA deverá emitir os documentos fiscais, em valores mensais e totais, com os seguintes dados:

Dados da CONTRATANTE

Nome: ESTADO DE MINAS GERAIS / SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA / Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças, CNPJ: _____ e Endereço: _____

Dados da CONTRATADA

Banco: _____ Agência: _____ Número da conta: _____

7.4. Como comprovante de despesa será aceito o DANFE, ou documento

que lhe faça as vezes, que, conferido com os dados da Nota Fiscal eletrônica (NF-e), será incluído no Sistema Eletrônico de Informações - SEI para ateste das condições satisfatórias para o serviço público estadual, por dois servidores responsáveis pelo recebimento do objeto.

7.5. A Contratada deverá emitir e apresentar o DANFE, ou documento que lhe faça as vezes, a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços, para conferência e ateste pela unidade executora, em até 03 (três) dias úteis, contados da data de sua apresentação.

7.6. A Nota Fiscal eletrônica (NF-e) e respectivo DANFE, ou documento que lhe faça as vezes, que apresentar incorreções será devolvida à Contratada para os devidos ajustes e o prazo para o pagamento passará a contar da data da reapresentação do documento fiscal considerado válido pela Contratante.

7.7. Para a emissão e apresentação do Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) - DANFE, a Contratada deverá especificar o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN (Montante "E"), levando-se em conta a alíquota específica do município de Belo Horizonte.

7.8. Como condição necessária para o ateste dos documentos fiscais e para a autorização do pagamento, a Contratada encaminhará mensalmente à Contratante, juntamente com o Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) - DANFE, preferencialmente de forma eletrônica, a seguinte documentação:

7.8.1. Planilhas de custos pormenorizadas, conforme especificado no Anexo II - Planilha de Custos.

7.8.2. Espelho da folha de pagamento dos empregados a serviço da Contratante, juntamente com a planilha de custo, contendo relação nominal de todos os prestadores de serviços e substitutos que prestaram serviços no período, identificando a carga horária e valores das parcelas salariais e encaminhando justificativas para eventuais distorções sob pena de devolução da mesma para correção e suspensão do pagamento das parcelas não comprovadas até a efetiva regularização.

7.8.3. Comprovante do recolhimento das contribuições sociais e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) incidentes sobre a remuneração dos segurados, incluída na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) - DANFE e correspondente ao mês da última competência vencida até o 1º (primeiro) dia subsequente à data-limite para recolhimento da obrigação, sob pena de suspensão dos pagamentos.

7.8.4. Indicação do valor bruto sobre o qual incidiram tais recolhimentos.

7.8.5. Prova de quitação da folha de pagamento específica do contrato, paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, conforme relação contendo o nome do funcionário e o valor, emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente.

7.8.6. Cópia da Guia de Recolhimento do ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza quitada e autenticada pelo servidor responsável pelo pagamento ou, no caso de documento proveniente da internet, terá sua autenticidade certificada junto ao site do órgão emissor, vinculada ao Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) -

DANFE emitido contra a Contratante, fazendo constar, no mesmo, o número da Nota Fiscal Eletrônica que lhe deu origem e do contrato, exceto se houver, na legislação específica do município, exigência contrária na forma de recolhimento do imposto.

7.8.7. Comprovante de entrega dos benefícios previstos no contrato (vale transporte, cesta alimentação, *ticket* alimentação/refeição, vale refeição) relativos ao mês da prestação dos serviços.

7.9. A Contratante, nos termos do art. 31 da Lei nº. 8.212/91, com redação dada pela Lei nº. 11.933, de 2009, reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolherá, em nome da empresa cedente da mão de obra, a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, ou até o dia útil imediatamente anterior, se não houver expediente bancário naquele dia, observado o disposto no § 5º do art. 33 da referida lei.

7.10. A quitação mensal dependerá de criteriosa conferência, levando-se em conta a efetiva prestação dos serviços, deduzindo-se as faltas, atrasos, férias ocorridas no período caso não ocorra a substituição do empregado pela Contratada, bem como o efetivo fornecimento de vale transporte, cesta alimentação, *ticket* alimentação/refeição, vale refeição, deduzido o valor descontado do empregado, após a conferência dos respectivos comprovantes, observada a alíquota de ISSQN relativa ao município de Belo Horizonte.

7.11. No caso de ausência do profissional, sem reposição ou esta feita tardiamente, será descontado do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas ou de minutos não atendidos, sem prejuízos das demais sanções legais e contratuais aplicáveis.

7.12. A partir do segundo mês da prestação dos serviços, os pagamentos somente serão efetuados após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma da lei e do Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – DANFE atestado por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93.

7.13. A não apresentação dos documentos pela Contratada, inclusive os relativos aos recolhimentos devidos, implicará na suspensão do pagamento, até a devida comprovação, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.

7.14. Será liberado o pagamento da fatura somente após a conferência dos comprovantes mencionados no subitem 7.8.

7.15. Os primeiros documentos fiscais deverão ser emitidos proporcionalmente ao número de dias de serviços efetivamente prestados no mês anterior.

7.16. No caso de providências complementares por parte da Contratada, o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que houver o cumprimento definitivo da ocorrência, não sendo devida nesses casos atualização financeira.

7.17. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

8. CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

8.1. O preço dos serviços poderá ser reajustado e/ou repactuado mediante Termo Aditivo ou Termo de Apostila, conforme o caso, da seguinte forma:

8.1.1. A Remuneração (Montante “A”) poderá ser reajustada no primeiro ano de vigência contratual se ocorrer alteração no salário da categoria, mediante apresentação de cópia autenticada da Convenção Coletiva de Trabalho, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; ou Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa, devidamente homologada pela Justiça do Trabalho, hipótese em que serão alterados os valores nominais dos encargos sociais/trabalhistas (Montante “B”), mantidos seus percentuais.

8.1.2. Uma vez reajustados os salários (Montante “A”) e alterados os valores nominais dos encargos sociais trabalhistas (Montante “B”), conforme estabelecido no tópico acima, o contrato poderá ser reajustado, no que concerne aos montantes “A” e “B”, quando ocorrer nova Convenção Coletiva de Trabalho registrada pelo MTE, Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa homologada pela Justiça do Trabalho, desde que observada a periodicidade de 12 meses de que trata a Lei 9.069/95, respeitado o piso salarial concedido à categoria.

8.1.3. A parte relativa aos insumos (Montante “C”), com exceção dos itens “Assistência Médica / Odontológica”, “Treinamento / Capacitação / Reciclagem”, “Contribuição Assistencial Patronal”, cesta alimentação, *ticket* alimentação/refeição, vale refeição, e “Vale Transporte” somente poderá ser reajustada a cada 12 (doze) meses de vigência do contrato, mediante concordância das partes, com base no IPCA, e não incidirá sobre os reajustes ou alterações de salários da categoria.

8.1.4. A parte relativa aos itens “Assistência Médica/Odontológica”, “Treinamento/Capacitação/ Reciclagem”, “Contribuição Assistencial Patronal”, “Cesta Alimentação”, “*Ticket* Alimentação/Refeição”, “Vale Refeição” somente poderá ser reajustada quando ocorrer alteração desses valores mediante apresentação de cópia autenticada da Convenção Coletiva de Trabalho registrada no MTE, Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa, devidamente homologada pela Justiça do Trabalho.

8.1.5. O aumento do valor do vale-transporte deverá ser comprovado pela Contratada, mediante demonstrativo do cálculo e exibição da norma legal respectiva, para aprovação da Contratante.

8.1.6. A parte relativa aos custos administrativo-operacionais e lucro (Montante “D”) somente poderá ser reajustada a cada 12 (doze) meses de vigência do contrato, mediante concordância das partes, pleiteado pela Contratada e aprovado pela Contratante, de acordo com a minuta do contrato. O reajuste será limitado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo, conforme disposto na Resolução Conjunta SEF/SEPLAG Nº 8.898, de 14 de junho de 2013.

8.1.7. O Montante “D” é um valor nominal e não incidirá sobre os reajustes ou alterações de salários da categoria.

8.2. O aumento do valor dos tributos que incidam sobre o faturamento mensal da empresa, bem como a alteração, instituição e extinção de tributos ou encargos ocorridos após a apresentação da proposta, que repercutam nos preços contratados, deverão ser comprovados pela Contratada, mediante

demonstrativo do cálculo e exibição da norma legal respectiva, para aprovação pela Contratante, após parecer da Assessoria Jurídica/SEF.

8.3. Incumbirá à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste, a ser aprovado pela Contratante, juntando-se à discriminação dos serviços prestados, a memória de cálculo de reajuste/repactuação e as planilhas analíticas de custos atualizadas. Caberá, também, à Contratada apresentar os demais documentos comprobatórios do aumento salarial concedido à categoria funcional, ou seja, Convenção Coletiva de Trabalho, dissídio coletivo ou sentença normativa, para elaboração da Apostila, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do registro/homologação, sob pena de não fazer jus à repactuação com efeitos retroativos, tornando-se a única e exclusiva responsável pelos prejuízos decorrentes da não apresentação desses documentos tempestivamente.

8.4. Se, no momento de eventual prorrogação contratual ainda não houver Convenção Coletiva de Trabalho, Dissídio Coletivo ou Sentença Normativa, caberá à Contratada ressaltar seu direito à repactuação, cujos efeitos poderão retroagir à data-base de novo acordo coletivo que alterar o salário da categoria profissional, observados os procedimentos estabelecidos no subitem anterior.

9. CLÁUSULA NONA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ [inserir valor da garantia] ([inserir valor da garantia por extenso]), na modalidade de [inserir modalidade de garantia], correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura deste contrato, observadas as condições previstas no Anexo I - Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Representante /Comissão especialmente designado pela CONTRATANTE no Termo de Designação de Gestor e Fiscal, na forma estabelecida pelo Anexo I - Termo de Referência.

10.2. O contrato será fiscalizado, além das condições estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, na forma do Anexo II, que está compactado na planilha de excel.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA e os materiais que serão empregados são aqueles previstos no Anexo I - Termo de Referência e no Edital.

11.2. O contrato será prestado, além das condições estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, na forma do Anexo II - Planilha de Custos Global, que está compactado na planilha de excel.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

12.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Anexo I - Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

13.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pelo Estado de Minas Gerais serão observadas as determinações que se seguem.

13.2. O Estado de Minas Gerais exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

13.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um agente público no processo de licitação ou execução do contrato;

13.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do CONTRATANTE;

13.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;

13.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

13.2.5. “prática obstrutiva” significa:

13.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro órgão de controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou

13.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro órgão de controle de investigar e auditar.

13.3. O Estado de Minas Gerais rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

13.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, deve ser encaminhada à Controladoria Geral do Estado - CGE para denúncia à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ANTINEPOTISMO

14.1. É vedada a execução de serviços por empregados que sejam cônjuges, companheiros ou que tenham vínculo de parentesco em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau com agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, salvo se investidos por concurso público.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas

no Anexo I - Termo de Referência.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESCISÃO

16.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

16.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

16.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

16.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.4.3. Indenizações e multas.

16.5. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.6. As partes entregarão, no momento da rescisão, a documentação e o material de propriedade da outra parte, acaso em seu poder.

16.7. No procedimento que visar à rescisão do vínculo contratual, precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, será assegurado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras, inclusive a suspensão da execução do objeto.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

17.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

17.1.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS.

18.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

19.1. A publicação do extrato do presente instrumento, no órgão oficial de imprensa de Minas Gerais, correrá a expensas da CONTRATANTE, nos termos da Lei Federal 8.666/93 de 21/06/1993.

20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO**

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente instrumento é assinado eletronicamente pelas partes.

CONTRATANTE: ESTADO DE MINAS GERAIS / SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CONTRATADA: NOME EMPRESARIAL

Testemunha 1:

Testemunha 2:



Documento assinado eletronicamente por **Arilson Leandro Fernandes Correa Lopes, Diretor**, em 03/05/2021, às 08:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **27459277** e o código CRC **66C8F7CD**.

Referência: Processo nº 1190.01.0009273/2020-17

SEI nº 27459277